

ANEXO F – ZERO HORA DO DIA 8 DE AGOSTO DE 2009

www.zerohora.com

ZERO HORA

OS DESTAQUES DO FESTIVAL DE GRAMADO
Segundo Caderno

INTER TRAZ DE VOLTA CAMPEÃO DO MUNDO
Fabiano Eller

COMO SE LIVRAR DO ZUMBIDO

PORTO ALEGRE, SÁBADO, 8 DE AGOSTO DE 2009 - ANO 46 - Nº 16.047

SC/PR - R\$ 2,50/ DEMAIS REGIÕES - R\$ 3,50/ URUGUAI - \$ 48

R\$ 2,00

Fim do mistério



Aparecem gravações de Lair e Cavalcante

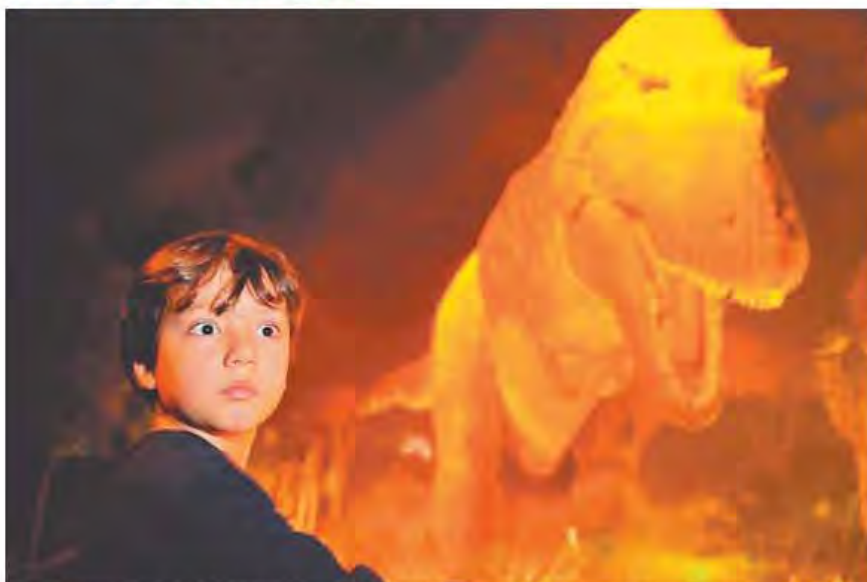


ZH revela cinco trechos do áudio de conversas entre pivô do Caso Detran e ex-assessor, que abasteceram a investigação do MPF sobre o governo Yeda

Decisão de juíza abre corrida para conhecer provas

Páginas 4, 5, 6, 8, 12 e 20

A nova era dos dinos



Série que estreia hoje na RBS TV e exposição na Capital espelham o fascínio das crianças pelos dinossauros. Pág. 42 e Guia hagam

Vírus letal

Capital tem a primeira morte por gripe A



Estudante de 33 anos, que não apresentava problemas de saúde, nem chegou a ser internada.

Disque-Gestante tira dúvidas

Serviço gratuito 24 horas está disponível para todo o Estado. **Página 44**

Confira ofertas de celulares Vivo na Lebes. **Página 7**



Reportagem Especial

APARECE O ÁUDIO

Os diálogos entre Lair e Cavalcante



Lair Ferst, empresário que trabalhou na campanha de Yeda Crusius



Marcelo Cavalcante, representante do governo do Estado em Brasília



Zero Hora tem acesso a gravações das conversas entre Marcelo Cavalcante e Lair Ferst com suspeitas que recaem sobre integrantes do governo Yeda Crusius

ADRIANA IRION

Começa a ganhar voz um dos indícios do escândalo que se abateu sobre o Estado desde fevereiro, quando foi noticiada a existência, em poder de autoridades, de gravações comprometedoras para o Palácio Piratini, começa agora a ganhar voz.

Zero Hora teve acesso a trechos de gravações que têm como interlocutores o consultor de empresas Lair Ferst e supostamente seu amigo Marcelo Cavalcante, ex-representante do Estado em Brasília, morto em fevereiro.

A íntegra do material já estaria em poder de procuradores da República e também sob análise da Procuradoria-Geral da República em Brasília. Na parte do material que ZH conheceu, há trechos relativos a cinco temas que envolveriam irregularidades na campanha de Yeda Crusius ao governo do Estado, em 2006, e também ocorridas após a eleição. São assuntos que constam ainda de uma lista de denúncias que Lair formulou e entregou ao Ministério Público Federal (MPF) em abril.

No dia 8 de maio, a revista *Vêja* disse que teve acesso ao material, cuja existência foi confirmada pela viúva de Cavalcante, Magda Koenigkan. Sozinhos, dizem autoridades, os áudios não são provas, mas servem como fio condutor de uma investigação que nasceu em 2007 e se estende até hoje, esmiuçando

a fraude milionária do Detran. A segunda etapa da apuração da chamada Operação Rodin resultou, esta semana, em uma ação civil pública por improbidade administrativa contra a governadora e outras oito pessoas.

Advogado de Lair entregou gravações à Justiça

Na totalidade dos áudios, os nomes de quase todos os nove réus da ação do MPF aparecem citados pelos interlocutores como envolvidos em situações de supostas irregularidades. As gravações de Lair são parte do material usado por procuradores da República para sustentar a ação, que pediu, entre outras coisas, o afastamento da governadora.

Ontem, o advogado de Lair, Lúcio de Constantino, anunciou ter entregue à Justiça Federal parte dos diálogos entre seu cliente e Cavalcante, mas não entrou em detalhes sobre o teor nem deixou jornalistas ouvirem o material (*leia reportagem na página 6*). O tema de maior interesse para a defesa de Lair se refere a uma carta que entregou a Cavalcante relatando detalhes da fraude do Detran. À época, Lair pediu que o documento fosse entregue a Yeda. Quando o tema veio à tona, durante a CPI do Detran, Cavalcante negou ter repassado a carta, mas nas gravações ele confirmaria que a governadora recebeu o documento.

adriana.irion@zerohora.com.br

Recursos de fumageiras

Marcelo Cavalcante
— Aconteceu o seguinte: depois da reunião, tá, aí ficou agendado para ir a Santa Cruz fazer o recebimento do dinheiro, aí como tu sabe. Aí, eu fiquei responsável por definir quem ia, arrumar o carro para ir lá buscar. Aí arrumei o carro e tudo o mais. E aí colocamos o Alexandre Moreira, que é da mais alta confiança também, da campanha, né? E o Alexandre foi lá, eu acho que com o capitão Gustavo, que era o...

Lair Ferst — Ah, é, do Zé Otávio.

Cavalcante — É, o cara... capitão do...

Lair — Capitão da Brigada.

Cavalcante — Da Brigada.

Lair — Instituto José Otávio, É...

Cavalcante — Então, foi lá o Alexandre com o capitão Gustavo no início da tarde. E a informação que tive é que foi tudo certo. Voltaram no final do dia, né? Passaram lá o recurso para a tesouraria...

Lair — Agora, engraçado, né? O (Rubens) Bordini está dizendo que o dinheiro foi entregue pra Walna (Vilarins Meneses).

Conforme Lair, as fumageiras Alliance One e CTA deram R\$ 400 mil à campanha da governadora depois da eleição, uma semana antes da compra da casa de Yeda. A coordenadora de Comunicação da Alliance, Deise Kanitz, disse que a empresa realizou doação em um processo transparente, que não lere a política da empresa. Allan Bichinho, da CTA Continental, negou o repasse.



Bordini

Cavalcante
— É, o Alexandre me falou que foi entregue pra Walna e pro Bordini.

Lair — É. Agora o Bordini tá dizendo que o (Carlos) Crusius levou o dinheiro para a casa da governadora. Diz que não tem dinheiro para pagar as contas.

Cavalcante — É como eu tô te falando. Algumas vezes que entrou dinheiro aí... Aí eu vou até repetir. Lá no início, quando a gente conversava e tudo o mais... Até hoje eu não me esqueço, mas sempre achei muito esquisita, né, que o Crusius vinha lá na sede do partido lá e tal, pegava a sacolinha, me deixava em algum lugar e ia embora. Não sei pra onde. Acho que pra casa, né?

ZEROHORA.COM



Em especial, entenda a ação do MPF contra a governadora e oito aliados. www.zerohora.com

Reportagem Especial

TODOS A SANTA MARIA

Romaria atrás das provas

Enquanto a juíza federal não define quebra de sigilo sobre ação do MPF, advogados e políticos buscam acesso ao documento

ALEXANDRE DE SANTI

Advogados e políticos passaram a tarde de ontem em busca de respostas para a pergunta que tumultua a política gaúcha: quais são, afinal, as provas contra as nove pessoas citadas na ação de improbidade administrativa apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF)?

O destino comum foi a 3ª Vara Federal de Santa Maria, onde a peça é analisada pela juíza Simone Barbisan Fortes, responsável por julgar os pedidos do MPF, entre eles, a liminar que pode afastar a governadora Yeda Crusius do cargo durante o processo.



O prédio da Justiça Federal de Santa Maria esteve mais movimentado do que o normal, ontem, com a visita do

presidente de Assembleia Legislativa, Ivar Pavan (PT), que foi ao encontro de Simone pedir que deputados estaduais tenham acesso à ação, protegida por sigilo judicial. O presidente do Legislativo chegou ao local às 13h50min, acompanhado do superintendente-geral da AL, João Motta. A imprensa, que lotava a pequena sala de espera do segundo andar, não teve acesso à reunião. O encontro durou 15 minutos e, ao final, a juíza não quis falar sobre o assunto, mas acatou o pedido de Pavan.

O deputado não pôde, porém, levar a ação para Porto Alegre. Ele irá designar um representante, que pode ser um deputado ou alguém da procuradoria da Casa, para viajar a Santa Maria analisar o documento. Pavan também solicitou a quebra do sigilo do processo. Sobre esse tema, Simone não estabeleceu prazo para se pronunciar, mas teria dito ao parlamentar que será a primeira decisão que irá tomar.

Tenho dois pedidos de impeachment da governadora que elencam denúncias e dizem que as provas estavam com o Ministério Público Federal e agora estão no processo. Sem analisar a ação, não posso tomar uma posição sobre se arquivo os pedidos ou os levo adiante. Por isso, queremos conhecê-la – disse o petista.

Pavan lembrou que, mesmo que a Assembleia tenha tido acesso ao conteúdo do documento, não poderá quebrar o sigilo.

Cerca de duas horas depois, foi a vez de o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Claudio Lamachia, bater à porta do escritório de Simone. Os dois tiveram uma reunião



Após conversar com Simone, Pavan recebeu autorização para que deputados conheçam ação

de mais de 40 minutos, quando Simone teria dito ao presidente da OAB que analisará a ação de improbidade neste final de semana. A expectativa de Lamachia é que, na segunda-feira, a magistrada já tenha tomado uma decisão.

OAB divulgará ação civil depois de avaliar informações

Ele levou uma cópia do processo e disse que iria analisar a possibilidade de divulgar partes do texto, que, segundo ele, não precisam estar em sigilo de justiça, como os argumentos do MPF para ajuizar a ação. Para Lamachia, apenas os dados obtidos pela quebra de sigilo telefônico e bancário devem ficar em sigilo.

– A OAB entende que, neste processo, não existe sigilo de justiça. É uma ação civil pública e tem de ser disponibilizada para a sociedade do Rio Grande do Sul – avaliou.

No início da tarde, mais um ingrediente de mistério foi acrescentado na turbulência que atinge a política gaúcha. O advogado de Lair Ferst, Lúcio de Constantino, informou que entregou a



Constantino entregou CD para a Justiça Federal em Santa Maria

Justiça, ontem, um CD com gravações de seu cliente e do ex-representante do governo gancho em Brasília, Marcelo Cavalcante, morto em fevereiro em circunstâncias não esclarecidas. Segundo Constantino, o CD contém cerca de oito faixas que totalizam cerca de uma hora de gravação. Lair teria mais gravações, e o encaminhamento dos áudios se dará conforme a necessidade de ampliação da defesa do cliente,

informou o advogado, que representa um dos réus do processo criminal resultante da Operação Rodin, da Polícia Federal, que apresentou indícios de corrupção no Departamento Estadual de Trânsito (Detran).

Constantino informou que não vai divulgar o conteúdo das gravações por obediência ao sigilo imposto à ação e por respeito ao direito de defesa das pessoas envolvidas. Garantiu, no entanto, que as declarações de Lair e Cavalcante comprovam que seu cliente levou as suspeitas de corrupção no Detran às autoridades antes do estouro da Rodin. A estratégia do advogado, que não informou quando e onde as gravações foram feitas, é convencer a Justiça da boa índole de Lair. Perguntado sobre o teor das gravações entregues à Justiça, Constantino disse:

– É de gravidade extrema. (De repercussão) Muito negativa.

Constantino não disse as razões que levaram Lair a entregar os áudios somente agora, e não quando deu depoimentos. O advogado informou apenas que aguardava “o momento mais propício que se avizinhava à oitiva da testemunha Yeda Crusius”.

– Mas não sei se haverá o depoimento – acrescentou.

Na quinta-feira, Constantino havia

pedido à juíza Simone Barbisan Fortes o encaminhamento do processo da Operação Rodin ao Supremo Tribunal Federal (STF). Ele alega que a ação contém indícios suficientes para incriminar pessoas com foro privilegiado e, portanto, o processo deve tramitar no tribunal superior.

No final da tarde, a juíza divulgou nota dizendo que “não há sigilo sobre o processo, mas sim sobre dados protegidos, e é possível levar a público eventuais imputações que sejam feitas pelo MPF em sua petição inicial”. Os dados protegidos seriam informações bancárias e fiscais dos réus.

Entre os demandados, também tiveram acesso à ação os advogados de Walna Menezes, assessora de Yeda, do ex-secretário-geral de Governo Delson Martini e do deputado estadual Luiz Fernando Záchia (PMDB). Na quinta-feira, o representante do presidente do Tribunal de Contas do Estado, João Luiz Vargas, já havia obtido a íntegra do documento.

alexandre.santi@zerohora.com.br

LEIA MAIS NA PÁGINA 8 >

Reportagem Especial

PRÓXIMOS PASSOS

CPI começa a ganhar forma

A partir da semana que vem, a CPI da Corrupção da Assembleia definirá o seu perfil.



Nas reuniões de bancada realizadas tradicionalmente na terça-feira, poderão surgir alguns dos nomes dos deputados que irão in-

tegrar a comissão.

Até agora está confirmada somente a presença da petista Stela Farias, a primeira a assinar o requerimento e que deverá presidir a CPI – e a tendência é de que Daniel Bordignon seja o segundo titular do PT na comissão.

Na tentativa de antecipar as decisões oficiais dos partidos, alguns nomes são cogitados nos basti-

dores, como Coffy Rodrigues, do PSDB, e Pedro Westphalen, do PP – mas os líderes de bancada de ambas as siglas reiteram que nada foi definido.

Sobre o cargo de relator da comissão, não deverá haver surpresas: com maioria na comissão, respeitando a proporcionalidade dos deputados que compõem a Assembleia, o posto deverá ficar com um

dos partidos da base do governo, cabendo a um titular do PSDB, do PP ou do PMDB. De acordo com os trâmites previstos no regimento da Assembleia, a comissão deverá ser instalada até o final deste mês.

Acompanhe abaixo o passo a passo da investigação e o que diz o regimento que rege a apuração que será realizada pelos deputados estaduais.

Entidade defende atuação do MPF

A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) divulgou apoio aos procuradores da República que ingressaram com ação civil pública por improbidade administrativa contra a governadora Yeda Crusius e outras oito pessoas ligadas à administração do Estado.

A associação alega que os procuradores foram "injustamente criticados" em nota oficial na quinta-feira e em entrevistas concedidas pela governadora. Na nota, a governadora afirma que a ação dos procuradores foi um "triste espetáculo" com fundamentos políticos.

No desagravo, a associação nega que os procuradores tenham agido em desacordo com a função. "É dever dos procuradores da República, como agentes públicos, prestar contas de seu trabalho à sociedade. No caso, as investigações foram conduzidas com absoluta discricionariedade e respeito aos envolvidos nos fatos, por mais de um ano. A discricionariedade observada, que chegou a ser objeto de críticas, traduz a isenção e a imparcialidade dos integrantes da força-tarefa do Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul".

Sindicatos pediram saída de vice-presidente de banco

Segundo a associação, o Ministério Público pediu a quebra do sigilo de Justiça para permitir a divulgação de detalhes da ação. A entidade negou que tenha havido motivações políticas. "Não há rigorosamente nenhum caráter eleitoral na ação, da parte do Ministério Público Federal. Ela baseia-se na análise técnica de provas".

A associação também minimiza outra crítica da governadora, que reclamou de ter sido chamada de ré, quando não havia nenhuma ação penal tramitando contra ela. "O termo 'réu' é utilizado na legislação para designar qualquer pessoa que seja alvo de ação judicial, não só na esfera criminal, mas também na cível", disse a associação.

Em Porto Alegre, a Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul e o sindicato da categoria pediram a saída do vice-presidente do Banri-Sul, Rubens Bordini.

O andamento da investigação

Como é o funcionamento, as etapas e os prazos previstos da CPI:

Conferência das assinaturas dos deputados

O requerimento da CPI de Corrupção foi entregue na tarde de quinta-feira para o presidente da Assembleia, Ivor Pavan, que o encaminhou ao Departamento de Comissões Parlamentares da Superintendência Legislativa, para fazer a conferência das assinaturas dos deputados.



Análise do requerimento

Com as assinaturas conferidas, o presidente da Assembleia encaminhou o requerimento para o procurador-geral da Assembleia Legislativa, Fernando Ferreira, que tem 15 dias úteis para analisar o requerimento, a contar de ontem.

O prazo termina no dia 28

Análise dos requisitos formais

Serão examinados os requisitos formais do pedido:

- Se há o número mínimo de assinaturas, 19, correspondente a um terço do número de deputados da Casa
- O chamado fato determinado, que consiste na descrição do fato ou dos fatos que serão investigados
- O prazo previsto, que, de acordo com o regimento, deve ser de no máximo 120 dias, prorrogáveis por mais 60
- A adequação da matéria do requerimento à área de fiscalização e controle da Assembleia.

Conclusão da análise

Quando o procurador terminar essa análise, encaminha seu parecer ao presidente da Casa. Ferreira estipula que deverá concluir esse exame até o final da semana que vem.



Decisão do presidente da Assembleia

Caberá, então, ao presidente Ivor Pavan acolher ou não o requerimento e o parecer do procurador. Caso os acolha, deverá encaminhá-los para publicação no Diário da Assembleia. A contar do dia seguinte da publicação, as bancadas terão cinco dias para indicarem seus representantes e suplentes, de acordo com a proporcionalidade dos partidos na Assembleia.

Com base na composição atual do plenário, de acordo com a Superintendência Legislativa, a CPI seria composta por:



Restando uma vaga a ser definida entre PPS e PSB, ambos os partidos com dois deputados na Casa. Essa situação será analisada ao longo da semana que vem. Portanto, dois terços dos integrantes da CPI seriam da base aliada.

Fim do prazo para a definição dos representantes por partido, em três dias, será instalada a CPI.

• A deputada Stela Farias (PT), por ter sido a primeira a assinar o requerimento, ocupa a presidência da comissão, sendo eleitos na primeira sessão o vice-presidente e o relator. Todos os deputados têm direito a fazer perguntas às testemunhas e aos investigados, inclusive aqueles que não compõem a CPI – mas esses não têm direito a voto.

• A CPI tem os mesmos poderes de instrução de autoridades judiciais, podendo pedir quebra de sigilo bancário e fiscal e verificação de registros telefônicos.

• Se convocadas, as testemunhas de foro privilegiado, como deputados, secretários de Estado, juizes e promotores, podem escolher o dia, o horário e o local em que serão ouvidas. O regimento interno não prevê a convocação ordinária de um governador de Estado.

• Até a última reunião da comissão, dentro do prazo regimental, o relatório das investigações deverá ser votado e posteriormente ratificado em plenário. Na sequência, o presidente da Assembleia enviará cópia do relatório aprovado ao Ministério Público, à Procuradoria-Geral do Estado e ao Poder Executivo outros órgãos competentes.

LEIA MAIS NA PÁGINA 20 >

Reportagem Especial

NOVELA DO DETRAN

21 meses de turbulências no RS

As 1.238 páginas que na quarta-feira embasaram a ação civil pública de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público Federal contra a governadora Yeda Crusius e outros oito membros ou aliados do governo tucano são o capítulo mais recente de uma novela que se arrasta há 21 meses.



Em 6 de novembro de 2007, os gaúchos acordaram atônitos com a deflagração da Operação Rodin, que revelou um esquema criminoso que teria desviado mais de R\$ 40 milhões dos cofres do Estado e foi o estopim para a maior crise da política gaúcha depois da redemocratização.

Para entender a crise

1 OPERAÇÃO RODIN

Em 6 de novembro de 2007, integrantes e, ex-integrantes, da cúpula do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), entre outros, são presos pela Polícia Federal (PF), suspeitos de envolvimento no esquema que teria desviado R\$ 40 milhões dos cofres do Estado. Foram efetuadas 13 prisões temporárias e cumpridos 71 mandados de busca e apreensão em Porto Alegre, Canoas e Santa Maria.

**O ESQUEMA**

Conforme a PF, a fraude teve início quando o Detran contratou, em julho de 2003, a Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência (Fatic), ligada à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), para realizar as provas de aptidão dos candidatos a obter ou renovar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

**POR QUE RODIN?**

A operação deflagrada pela PF ganhou o nome de Rodin porque uma das empresas supostamente envolvidas na fraude das fundações se chama Pensant. A obra mais famosa do escultor francês Auguste Rodin é O Pensador.

2

CPI DO DETRAN

A repercussão gerada pela descoberta da fraude leva os deputados gaúchos a criarem uma CPI. Os trabalhos da comissão têm início em 7 de fevereiro de 2008, sob o comando do petista Fabiano Pereira (foto). Além da divulgação do conteúdo de áudios e documentos inéditos, a CPI trouxe à tona o suposto envolvimento de autoridades e pessoas ligadas ao governo estadual com o esquema.

**FIM DA CPI**

Após 133 dias de atividades, o relatório final da CPI, de autoria do tucano Adilson Troca, indicia 41 pessoas, entre elas os 40 réus que já eram processados pela Justiça Federal de Santa Maria. Suspeitos com foro privilegiado ficam de fora. Depois de classificar o documento de "chapa-branca", deputados petistas, além de apresentar voto em separado, representaram a autoridades, pedindo a investigação de pessoas com foro privilegiado.

PROCURADORES ENTRAM EM AÇÃO

A partir da representação da oposição, procuradores da República que já atuavam na Rodin dão início às apurações que resultaram na ação civil pública por improbidade administrativa ajuizada na quarta-feira contra a governadora Yeda Crusius e outras oito pessoas.

3

MORTE NO LAGO PARANOÁ

No dia 17 de fevereiro de 2008, Marcelo Cavalcante, o ex-representante do governo do Estado na Capital Federal, é encontrado morto no Lago Paranoá, em Brasília. As circunstâncias da morte ainda não foram esclarecidas.

**LIGAÇÃO MARCELO X LAIR**

Cavalcante foi demitido durante o escândalo no Detran, depois de vir à tona diálogo entre o ex-assessor do Piratini e o consultor Lair Ferst. Na conversa, Lair busca informações sobre uma reunião que ocorreria entre uma empresa e a Secretaria da Fazenda.

4

GRAVAÇÕES DO PSOL

Em 19 de fevereiro deste ano, a deputada federal Luciana Genro e o vereador da Capital Pedro Ruas, ambos do PSOL, relatam gravações, supostamente feitas por Lair, que apontariam caixa 2 na campanha de Yeda Crusius.

**REAÇÃO DO PIRATINI**

Em nota, Yeda se limita a dizer que as informações relatadas pelo PSOL foram desmentidas pelo Ministério Público Federal.



5

AS DENÚNCIAS DE LAIR

Em 6 de julho, ZH revela o conteúdo do documento entregue pelo pivô do Caso Detran, Lair Ferst, ao MPF. O texto detalha em 20 itens supostas irregularidades que teriam ocorrido na campanha de Yeda em 2006 e no início do governo.



6

BUSCA DE ASSINATURAS

Com a revelação de denúncias pela revista Veja, em maio, deputados do PT passam a tentar convencer os demais parlamentares a criarem uma CPI para investigar a gestão tucana. Em reação, a base aliada se mobiliza e consegue contar a iniciativa petista com o apoio de opositoristas. A oposição tinha, até quarta-feira, apenas 17 das 19 assinaturas necessárias para tirar a comissão do papel.

CPI SAI DO PAPEL

Com o pedido do MPF de afastamento de Yeda do Piratini, os petistas conseguem coletar mais três assinaturas com deputados do PDT. Um dia depois da confirmação da CPI, outros 19 parlamentares aderem ao pedido de autoria da deputada Stela Farias (PT). O documento foi protocolado na quinta-feira na presidência da Casa.



ANEXO G – ZERO HORA DO DIA 9 DE AGOSTO DE 2009

www.zerohora.com

ZERO HORA

DICAS DE MODA DE PRESENTE PARA OS PAIS *Donna ZH*

O QUE SE PASSA COM O CABEZÓN D'ALESSANDRO ESPORTES

DOMINGO

CONHEÇA MARIANA, ESCALADA PARA A PRIMEIRA PAUTA PÁGINA 29

QUEM VAI MARCAR ESTE FESTIVAL DE GRAMADO

DIRA PAES

PORTO DOMINGO, 9 DE AGOSTO DE 2009 - ANO 46 - Nº 16.048 SC/PR - R\$ 4,00/ DEMAIS REGIÕES - R\$ 6,50/ URUGUAI - \$ 60 R\$ 3,50

O teor da acusação

Ação do MPF sustenta que "quadrilha estabeleceu verdadeiro 'bureau' do crime"

- Embate joga o RS em cenários de incerteza
- Os jovens que devassaram o governo Yeda

ZH mostra o conteúdo de 40 páginas da investigação que deflagra escândalo no centro do poder gaúcho

PÁGINAS 4 a 6, 8, 10, 14, 16 e 17

TEMA PARA DEBATE

As críticas de um médico no front

Em artigo, Luis Beck da Silva Neto discute como encarar a epidemia. Pág. 19

Fugindo da fila

Gaúcho usou Colômbia de atalho para transplante

Cláudio Vogel recorreu a cirurgia paga, prática legal naquele país. Página 28

HOJE Doenças Respiratórias

Chuvarada mobiliza a Defesa Civil

Enxurrada causa alagamentos em diferentes pontos do Estado. Página 27

Cidades sitiadas

Ladrões de banco adotam novas táticas

Três quadrilhas que vêm aterrorizando municípios pequenos desafiam a polícia a encontrar forma de contê-las. Págs. 34 e 35

Reportagem Especial

O TEOR DA AÇÃO DO MPF

Trechos mostram gravidade de suspeitas



Parte do conteúdo das 1.238 páginas da ação civil pública por improbidade administrativa contra o governo foi divulgada pela OAB na madrugada de sábado

Em 40 páginas não protegidas por sigilo das 1.238 que compõem a ação civil pública por improbidade administrativa do Ministério Público Federal (MPF), procuradores da República consideram que a governadora Yeda Crusius e oito aliados recebiam “parte dos recursos financeiros escoados do Erário” pela quadrilha que desviou R\$ 44 milhões do Departamento Estadual de Trânsito (Detran). “(...) Os demandados agiram de forma imoral, pessoal, desleal, desonesta e improba, valendo-se da condição de ou em conjunto com agentes políticos e servidores públicos para obterem vantagens pessoais, utilizando-se dos respectivos cargos, de bens públicos e verbas públicas afetadas ao desenvolvimento de serviços públicos em área sujeita a suas atribuições funcionais e políticas”, afirmam os seis procuradores da República num trecho da ação.

Parte do material foi liberada a jornalistas pela seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Rio Grande do Sul por volta das 3h30min de sábado. Na quarta-feira, o MPF havia anunciado a ação ajuizada na 3ª Vara Federal de Santa Maria contra a governadora Yeda Crusius, o deputado federal José Otávio Germano (PP), o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), João Luiz Vargas, os deputados estaduais Fernando Záchia (PMDB) e Frederico Antunes (PP), o ex-secretário-geral de Governo Delson Martini, a assessora da governadora Walna Meneses, o ex-tesoureiro da campanha de Yeda em 2006, Rubens Bordini, e Carlos Crusius, ex-marido de Yeda.

Conforme o MPF, os réus se beneficiaram da fraude com a utilização da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e de suas fundações — Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência (Fatic) e Fundação para o Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da



Comandada por Lamachia, a OAB gaúcha foi a primeira entidade a trazer a público conteúdo de ação

Educação e da Cultura (Fundae) para desviar recursos do departamento. Segundo a ação, o objetivo da quadrilha, que é alvo de ação criminal na 3ª Vara Federal de Santa Maria, era obter a “máxima lucratividade possível”.

Como justificativa para pedir o afastamento temporário do cargo de quem ocupa funções públicas, os procuradores sustentam que é necessário evitar a destruição de provas, coação e intimidação de testemunhas. Na ação, o MPF diz: “a reforçar ainda a

necessidade de afastamento dos réus dos cargos públicos está o depoimento de Sérgio Luiz Buchmann, então presidente do Detran, prestado em 17 de julho de 2009, que narra não somente os esquemas fraudulentos perpetrados na referida autarquia, mas, e so-

breto, atos de intimidação e coação, demonstrando a necessidade efetiva do referido afastamento de forma a impedir a repetição de tais atos durante o curso desta ação”. E complementam: “A forma como praticados os atos de improbidade acima descritos denotam desprezo no trato com a coisa pública e indicam total falta de limites sobre o “certo e errado”, de modo que a permanência dos réus nos cargos públicos revela-se inoportuna e tumultuária”.

Ao justificar a

decisão da OAB de divulgar os documentos, Lamachia afirmou na sexta-feira:

— A OAB sempre sustentou que a sociedade tem o direito de conhecer as acusações que pesam contra os agentes públicos.

Apesar de não ser uma ação criminal, o documento aponta indícios de crime que devem servir de subsídio para a Procuradoria Geral da República, que já investiga a governadora e outros envolvidos em Brasília. Investigações criminais contra governadores devem ser autorizadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e têm de ser conduzidas pela Procuradoria-Geral da República.

Não há foro privilegiado para suspeita de improbidade

Como os procuradores da República têm competência para atuar junto à Justiça Federal de primeira instância, eles propuseram o que lhes cabe — uma ação de improbidade administrativa, para a qual não há foro privilegiado. Improbidade administrativa se refere a atos de agente público no exercício do cargo, mandato ou função pública e que resultem em enriquecimento ilícito ou lesão ao Erário.

Advogados criticam trabalho do MPF

Advogados dos réus que tiveram acesso à ação civil pública comentaram no sábado que as condutas atribuídas pelo Ministério Público Federal a seus clientes não se sustentam nos fatos citados.

Defensor de Walna Vilarins Martins e Delson Martini, o advogado Norberto Flach passou boa parte da noite lendo a ação de improbidade administrativa e concluiu que são inconsistentes as acusações contra as nove pessoas citadas. Flach diz que o Ministério Público Federal se baseou nas gravações de Lair Ferst e usou escutas telefônicas antigas e inéditas para tentar dar sentido ao roteiro do pivô do escândalo.

— Fica claro que o MPF sempre teve na sua mira pessoas com foro privilegiado e omitiu gravações e informações relevantes — disse Flach.

O advogado acredita que essa opção do MPF ameaça de nulidade todo o processo do Detran:

— Eles negaram informações e isso não só dificulta a defesa dos réus, como compromete a busca da verdade. É muito grave.

Flach e outro advogado que teve acesso à íntegra da ação não encontraram nenhuma escuta telefônica ou depósito bancário que comprometa diretamente a governadora Yeda Crusius. Os dois garantem que as acusações contra Yeda são feitas por Lair e Marcelo Cavalcante, mas que não há sequer um telefonema em que Yeda apareça como interlocutora.

Outro detalhe que chamou a atenção de Flach é o fato de o MPF ter incluído o deputado Frederico Antunes (PP) na ação. Ele é citado por Flavio Vaz Neto no mesmo telefonema em que o ex-presidente do Detran faz acusações a um deputado da oposição. Essas últimas são ignoradas pelo MPF.

Madrugada de plantão para ler os documentos

Entre a noite de sexta-feira e a madrugada de sábado, integrantes da cúpula da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Estado analisaram rapidamente as 1.238 páginas da ação civil pública por improbidade administrativa do Ministério Público Federal (MPF). O objetivo da entidade era tornar público o maior número possível de páginas que não estão cobertas por sigilo. Por volta das 3h30min, 40 páginas foram fornecidas a jornalistas que aguardavam o término do trabalho. Para liberar o acesso, a OAB sustenta que tem o dever de colaborar com a sociedade com o fornecimento de informações importantes para o Estado.

Entidade se comprometeu a não divulgar trechos sigilosos

À frente da OAB no Estado, o presidente Claudio Lamachia retornou de carro de Santa Maria no final da tarde de sexta-feira com um CD no qual há o conteúdo integral da ação. Lamachia assinou um termo de entrega e responsabilidade junto à juíza da 3ª Vara Federal de Santa Maria, Simone Barbisán Fortes, no qual se comprometeu a não divulgar trechos sigilosos da documentação.

Lamachia decidiu ler o material junto com outros integrantes da diretoria da OAB na sede da entidade, na Rua Washington Luís, centro da Capital. A ideia inicial era fazer a leitura na manhã de sábado. Mas a análise começou ainda na noite de sexta-feira e se estendeu até a madrugada de sábado. Em virtude do cansaço da equipe, o trabalho foi encerrado antes do amanhecer. Um assessor ficou de plantão na madrugada.

Os advogados do deputado estadual Luiz Fernando Záchia (PMDB), da assessora de Yeda Walna Menezes e do presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), João Luiz Vargas, também já tiveram acesso ao material.

Contrapontos

O que disse a governadora Yeda Crusius

Zero Hora ligou e deixou recados nos celulares da assessoria de imprensa do governo do Estado e o advogado Eduardo Alckmin. Até o fechamento desta edição, nenhum dos dois havia dado retorno.

O que disse Carlos Crusius, ex-marido da governadora Yeda Crusius

ZH tentou contato telefônico com César Bittencourt, advogado de Carlos Crusius, mas não havia obtido retorno até o fechamento desta edição.

O que disse Rubens Bordini, vice-presidente do Banrisul e ex-tesoureiro da campanha da governadora, por meio da assessoria de imprensa do PSDB

Ele pretendia se reunir às 17h de sábado com seu advogado, Sérgio José Porto, para decidir o que será feito em sua defesa.

O que disse José Otávio Germano, deputado federal (PP)

Em entrevista à Rádio Gaúcha, o deputado havia declarado que colocaria um post em seu blog comentando o caso, mas até o fechamento desta edição o comentário não havia sido postado. De acordo com a assessoria de imprensa do PP, o deputado se reuniria neste sábado, às 17h, com o advogado

José Antônio Paganella Boschi para estudar o procedimento jurídico a ser adotado em sua defesa.

O que disse Luiz Fernando Záchia, deputado estadual (PMDB)

Meu advogado está analisando o material do MPF que foi liberado. Ele vai ver tudo isso com muita calma. Na segunda-feira, vamos nos reunir para decidir como proceder. Preciso ter conhecimento de tudo para poder me pronunciar sobre o que vamos responder na defesa.

O que disse André Cezar, advogado de João Luiz Vargas, presidente do TCE

Este documento não relata uma conduta individual do réu a ponto de se poder fazer alguma referência mais específica sobre a citação. Realizo que não há envolvimento do Dr. João Luiz Vargas, conforme o MPF aponta. O Ministério Público Federal agiu conforme achou que deveria ter agido. Se neste julgamento João Luiz Vargas foi citado, compete a nós fazer a defesa. Não são procedentes as alegações do MPF contra meu cliente. Essa ação não expõe uma individualização, de modo que se possa saber porque motivo, individualmente, o presidente do TCE seja considerado réu.

O que disse Ricardo Giuliani,

advogado de Frederico Antunes, deputado estadual (PP)

Se ele está sendo imputado como réu num ação, na quarta-feira nós vamos a Santa Maria para examinar os autos inteiros dessa ação. Tenho uma determinação direta dele (do deputado) de que todas informações no processo relativas a ele sejam disponibilizadas à imprensa e à sociedade. Nós estamos exercendo a defesa do deputado Frederico Antunes e vamos nos reunir na próxima semana para tratar disso.

O que disse Norberto Flach, advogado de Delson Martini, ex-secretário-geral de Governo

Numa primeira leitura, nos chamou a atenção que praticamente o único apoio das acusações são as gravações entre o Lair e o finado Marcelo. O Delson aparece nessas gravações como suposto facilitador. O próprio MPF admite que não há evidência de que ele tenha recebido qualquer valor do Detran. Vamos nos reunir para decidir como proceder daqui adiante.

O que disse Norberto Flach, advogado de Walna Menezes, assessora da governadora

Percorremos toda a ação do MPF buscando provas consistentes contra Walna. É totalmente improcedente a citação dela.

Os alvos da ação

Quem são os nove réus

CARLOS CRUSIUS

• **Professor aposentado** da Faculdade de Economia da UFRGS. Até janeiro, o ex-marido da governadora presidiu o Conselho de Comunicação. Após desentendimento com Yeda, o órgão foi extinto. É diretor do Instituto Teotônio Vilela, do PSDB.



DELSON MARTINI

• **Ex-secretário-geral** de Governo. Amigo e ex-aluno da governadora Yeda, o economista trabalhou com ela no Ministério do Planejamento no governo Itamar Franco (1992-1994). No início do atual governo, também presidiu a CEEE.



FREDERICO ANTUNES

• **Deputado estadual** pelo PP. Iniciou a carreira como vereador em Uruguaiana. Já presidiu a Assembleia Legislativa e o conselho administrativo da Corsan. Foi secretário de Obras no governo Germano Rigotto (2003-2006).



JOÃO LUIZ VARGAS

• **Ex-deputado** pelo PDT, elegeu-se vereador em São Sepé aos 22 anos. Foi secretário municipal e prefeito, eleito em 1982. O pedetista presidiu a Assembleia Legislativa e foi indicado para o Tribunal de Contas do Estado em 2007.



JOSÉ OTÁVIO GERMANO

• **Deputado federal** do PP, vem de uma família de políticos de Cachoeira do Sul. Elegeu-se deputado estadual aos 28 anos. Comandou as secretarias estaduais de Transporte e da Justiça e da Segurança Pública no governo Rigotto.



LUIZ FERNANDO ZÁCHIA

• **Deputado estadual** pelo PMDB. Foi vereador em Porto Alegre. Presidiu a Assembleia Legislativa e liderou o Pacto pelo Rio Grande, projeto que buscou desenhinar uma agenda mínima de consenso entre governo e oposição.



Corrida pelas provas se intensifica

O conteúdo das primeiras 40 páginas da ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal contra a governadora Yeda Crusius e oito aliados vem à tona dois dias depois de a juíza federal Simone Barbisán Fortes, da 3ª Vara Federal de Santa Maria, ter franqueado acesso aos documentos.

Desde quinta-feira, advogados e políticos se dirigiram em romaria à Justiça Federal de Santa Maria para obter acesso à peça. Entre os que acorreram ao local, estavam o presidente da Assembleia Legislativa, Ivar Pavan (PT). Ele pretende nomear um representante, que pode ser um deputado ou

alguém da procuradoria da Casa, para ir a Santa Maria analisar o documento. Pavan também solicitou a quebra do sigilo do processo.

— Tenho dois pedidos de impeachment da governadora que elencam denúncias e dizem que as provas estavam com o Ministério Público Federal e agora estão no processo. Por isso, queremos conhecê-la — disse o petista.

No início da tarde de sexta-feira, o advogado de Lair Ferst, Lúcio de Constantino, anunciou que entregou à Justiça um CD com gravações de seu cliente e do ex-representante do governo gaúcho em Brasília, Marcelo

Cavalcante, morto em fevereiro em circunstâncias não esclarecidas. Constantino informou que não vai divulgar o conteúdo das gravações.

Pouco depois, vieram à tona cinco trechos de gravações de conversas entre Lair e o ex-assessor do governo do Estado em Brasília, Marcelo Cavalcante. As conversas se referem a temas como a compra da casa da governadora e contribuições não-contabilizadas à campanha tucana em 2006. A divulgação das gravações prova que as conversas existiram, mas não acrescenta dados relevantes ao depoimento de Lair revelado por Zero Hora em julho.

WALNA VILARINS MENESES

• **É assessora** de Yeda há cerca de 15 anos. A aproximação se deu por meio de Marcelo Cavalcante, ex-assessor de Yeda morto em fevereiro. Em 2006, veio para Capital com a tarefa de ajudar na campanha.



YEDA CRUSIUS

• **Governadora** do Estado (PSDB). Yeda foi professora de Economia na UFRGS. Ao entrar para a política, elegeu-se deputada federal e foi ministra do Planejamento no governo Itamar Franco.



RUBENS BORDINI

• **Vice-presidente** do Banrisul indicado pelo PSDB, foi aluno do casal Crusius na Faculdade de Economia da UFRGS. Trabalhou no Grupo Hospitalar Conceição e, depois, no Banrisul. Foi tesoureiro das campanhas de Yeda.



Reportagem Especial

REFLEXOS DA CRISE

O Estado em turbulência



As suspeitas que rondam o Palácio Piratini projetam um cenário de incerteza e levam observadores a sugerir reforço das instituições e da democracia

ALINE MENDES e LEANDRO FONTOURA

Até quarta-feira passada, impeachment, afastamento e renúncia eram palavras esgrimidas apenas pela ala mais intransigente da oposição à governadora Yeda Crusius. O anúncio da ação civil pública de improbidade movida pelo Ministério Público Federal, porém, transformou esses termos em possibilidades reais.

Entre os governistas, há uma certeza: apesar da instabilidade política, não há fatos que tornem a situação de Yeda insustentável. Para eles, uma reviravolta

só é possível caso venham à tona eventuais provas colhidas pelos procuradores da República que impliquem diretamente a governadora. Já para os adversários da tucana os elementos conhecidos até o momento já são suficientes para colocá-la em xeque e alimentar um processo de impeachment.

A guerra declarada entre Piratini e oposição já desenha um futuro de incertezas para o Estado. Independentemente das evidências que surgirem contra o governo durante a CPI da Corrupção na Assembleia Legislativa, o Estado tende a viver meses de par-

alisa provocada por disputas políticas e jurídicas. Para especialistas e políticos ouvidos por Zero Hora, isso significa dificuldades para atrair novos empréstimos para o Estado e para levar adiante o empréstimo de US\$ 1,1 bilhão do Banco Mundial. Um dos requisitos da negociação é a reforma de carreiras, como a do magistério – um tema por si só polêmico que será colocado de lado em uma Assembleia conflagrada. Além disso, ressaltam os entrevistados, Yeda terá de se dedicar à própria defesa.

– A situação é triste e grave para o

Estado em qualquer hipótese que se levantar – diz o senador Pedro Simon (PMDB), ex-governador que, entre 1987 e 1990, teve como desafios o Caso Dantt e greves de professores.

Antecessor de Simon no Piratini, de 1983 a 1987, Jair Soares (PP) completa: – O Estado está com sinal vermelho latente.

Três cenários são os mais prováveis a partir de agora. No primeiro, a juíza Simone Barbisan Fortes, da 3ª Vara da Justiça Federal de Santa Maria, rejeitaria o pedido de afastamento temporário de Yeda feito pelo MPF. Além de pedir a saída da governadora do cargo, os procuradores também solicitaram o bloqueio dos bens dela e de outros oito agentes políticos gaúchos. Nesse quadro, a governadora teria um alívio jurídico, mas seguiria refém dos

adversários na CPI.

Num segundo cenário, a juíza determinaria o afastamento da governadora, dando início a uma guerra de recursos judiciais em que Yeda conseguiria retornar a chefia do Executivo. Haveria instabilidade.

– A autoridade ficará dependente em grande parte das circunstâncias e das decisões jurídicas – afirma o constitucionalista Eduardo Carrion, professor da Fundação Escola Superior do Ministério Público.

O último cenário seria o mais traumático: Yeda seria afastada ou renunciaria, dando lugar ao vice-governador Paulo Afonso Feijó. Político controverso, ele representaria uma incógnita tanto para aliados quanto opositoristas.

LEIA MAIS NA PÁGINA 16 >

HERMÍLIO SANTOS

Cientista político da PUCRS



EDUARDO CARRION

Professor de direito constitucional



ALBERTO OLIVEIRA

Deputado estadual (PMDB)



PAULO PAIM

Senador (PT)



SÉRGIO ZAMBIASI

Senador (PTB)



Juíza rejeita pedido de afastamento da governadora, mas CPI faz governo sangrar

■ Se mantêm por uma decisão jurídica, mas do ponto de vista político ela se vê fragilizada. No mínimo, isso compromete a agenda de reformas, com o Banco Mundial e a sua própria agenda. A possibilidade é grande de os serviços se tornarem mais precários.

■ A CPI será um foco permanente de tensão e de denúncias, podendo até mesmo se encaminhar para um pedido de impeachment. Nesse cenário, mesmo que mais favorável para a governadora, haverá um aprofundamento da tensão e da deslegitimação do governo, sobretudo do trabalho da CPI.

Acho que o Estado sofre pelo nível de insegurança. A insegurança não é só nossa, mas de fora também. Espero que todo mundo dê a sua contribuição para que o prejuízo seja o menor possível.

■ Estamos muito preocupados com a situação do Estado. O Rio Grande atravessa a pior crise política e institucional da sua história. A situação é gravíssima. Infelizmente, tudo indica que a situação do Rio Grande seja de penúria até o encerramento da CPI.

■ Claro que o Estado está sob um tensionamento natural e não deixa de haver uma certa insegurança em função do momento. Talvez isso exija uma reflexão de todos para que a crise política que se exacerba no Estado não se transforme numa crise que venha a afetar a disposição de investir.

Juíza decide afastar governadora, mas ela recorre e fica no cargo

■ Politicamente, a consequência é a mesma. Sua permanência no governo será muito precária. Outro recurso escasso e extremamente necessário é a confiança da população, dos aliados e da oposição. A oposição discorda da agenda, dos procedimentos e não pode desconfiar de que o governo esteja se conduzindo ilícitamente.

■ Haverá um aprofundamento da falta de legitimidade política. Será uma administração sob condição dependente de decisões judiciais em grande parte incapaz de medidas inovadoras. Será um governo *sub judice*. A autoridade ficará dependente em grande parte das circunstâncias e das decisões jurídicas.

■ Continua o nível de insegurança anterior. Requer a responsabilidade de cada um, para dar governabilidade ao Estado.

■ Infelizmente essa é a realidade do nosso quadro jurídico. Nós tivemos casos de governadores que, com recursos de prolatamento, acabaram ficando durante todo o mandato. Ela vai ficar enfraquecida e vai ficar dependendo desses prolatamentos na Justiça. E a CPI andando.

■ Se essa for a decisão jurídica a ser tomada, nós teremos um cenário de crise que terá de ser analisado com muito cuidado. Temos de ver se as denúncias não envolvem o vice-governador. Com a CPI instalada, a situação do Estado não é das melhores. É aquela velha frase: CPI você sabe como se inicia, mas não sabe como termina.

Governadora se afasta ou renuncia. Vice assume o Piratini

■ Muito provavelmente teremos um cenário parecido com o que aconteceu no governo Itamar Franco, quando Fernando Collor sofreu o impeachment. Foi um governo de agenda mínima, não tinha muita oposição. O PT não quis participar do governo, mas praticamente todos participaram. Se Feijó assumir o governo e não se candidatar à reeleição, a oposição não será tão enfática.

■ Hipótese menos provável levando-se em conta a personalidade da governadora. A assunção do vice à direção do Estado não estancará necessariamente a crise mesmo porque a sua figura e o seu projeto têm sido contestados por diversos setores políticos. Há de se lembrar que o projeto eleito foi o da governadora, e não do vice.

■ Talvez tenha uma maior tranquilidade. Vai depender de como ele vai conduzir o Estado e todos têm de trabalhar para que haja governabilidade. Isso dependerá realmente muito dele. Não sei dizer como ele irá governar o Estado.

■ Seguramente enfraquece o processo. A insegurança fica maior porque tem de conviver sempre com dois cenários, com plano A e plano B. O Maranhão conviveu durante meses, se transforma em sofrimento para todos. A insegurança fica maior porque você vai trabalhando em cima do próximo episódio jurídico.

■ Se chegar a esse extremo, quem assumir terá de ter o princípio da governabilidade. Sem uma base, um apoio, uma coalizão vai ser muito difícil. Quem sentar na cadeira do governador, terá de tocar um processo de apaziguamento, de profundo diálogo. Institucionalmente o abalo é político. O Estado vai continuar.

Reportagem Especial

OS PALADINOS DO MPF

Jovens, discretos e polêmicos

Saiba quem são os procuradores da República que transformaram o governo Yeda em alvo e depois se recolheram à sombra



Depois de encarar com seriedade câmeras e microfones ao anunciar ação contra a governadora e outras oito autoridades, procuradores se refugiaram no silêncio

Na quarta-feira, ao depositar um calhamaço de 1.238 páginas sobre a mesa diante de um pelotão de jornalistas, seis procuradores da República instalaram a maior crise política da história recente do Rio Grande do Sul.



Sérios e comprometidos, como o momento exigia, anunciaram uma ação civil de improbidade administrativa contra a governadora Yeda Crusius e mais oito pessoas suspeitas de desviar dinheiro do Departamento Estadual de Trânsito (Detran).

Na entrevista coletiva, os seis procuradores do Ministério Público Federal (MPF) se expuseram a máquinas fotográficas, câmeras de TV e gravadores. Depois de garantir que têm provas das acusações, endossaram-se num pacto de silêncio como estratégia para não atrapalhar o trabalho. Suspenderam entrevistas, fecharam-se nos gabinetes. ZH apresenta o perfil dos integrantes da força-tarefa encarregada de vasculhar os porões do governo estadual. Sem contar com os depoimentos dos personagens, mantidos no silêncio, os repórteres valeram-se de familiares, amigos, colegas e do que está disponível na internet. Conheça a trajetória dos procuradores que escreveram as páginas que podem mudar o destino dos gatchos.

De Cachoeira do Sul, o reservado

Natural de Vacaria, Enrico Rodrigues de Freitas, 40 anos, é procurador da República em Cachoeira do Sul desde 2007 e coordena a força-tarefa montada no MPF para investigar os tentáculos da fraude no Detran. Antes, passou por Rio Grande e Passo Fundo. Sabe-se pouco, quase nada, de sua vida particular — além do fato de ser casado. Odeia entrevistas. Os veículos de imprensa de Cachoeira que o digam. O Jornal do Povo, recentemente, fez plantão no prédio do MPF, mas não arrancou um suspiro sequer de Enrico.

Parece estar em redoma, diz repórter

Carlos Simonetti, da Rádio Fandango, foi um dos poucos a conversar com ele ao vivo, logo na sua chegada, quando a instalação do MPF na cidade era uma conquista da comunidade. Mas foi uma vez e nunca mais.

— Ele parece se colocar numa redoma de vidro. A primeira vez falou numa boa. Depois, tentei várias e não consegui mais. É uma pena: a comunidade precisa das informações que ele pode passar — lamenta Simonetti.

Quem teve contato com Enrico no trabalho afixa que ele detesta a morosidade. O vereador tucano Le-

andro Ballardin recebeu acolhida em três demandas solicitadas. Em todas, houve presteza no atendimento. É o caso do aumento da velocidade máxima na BR-290 para motocicletas, que passou de 80 km/h para 100 km/h. Ballardin pleiteou, Enrico analisou e, após concordar, rapidamente solicitou à concessionária a mudança do limite.

Quem convive com ele no meio jurídico corrobora o perfil de homem metuculozo, reservado e decidido a dar andamento a tudo o que cai em suas mãos para investigar.

— Nas vezes em que tive contato com ele, pareceu ser um profissional centrado e competente, sempre decidido a resolver tudo com celeridade — destaca a promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad.

— É um homem corretíssimo, discreto e totalmente avesso à mídia. Aparecer não é com ele — completa João Ricardo Tavares, também promotor em Cachoeira.



Enrico de Freitas

De Canoas, o sem-moleza

Adriano Raldi tem frequentado as páginas dos jornais com rotina. Pelo menos quatro ações de Raldi, procurador da República em Canoas, ganharam manchetes. Em 2007, levou à Justiça investigações sobre a aquisição irregular de merenda escolar em Canoas e Sapucaia do Sul. Desde o ano passado, atua nos dobramentos da Operação Rodin e apura indícios de irregularidades na gestão da Ulbra.

Descrito como reservado e estudioso, em abril Raldi moveu ação contra o superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Mozart Dietrich, suspeito de atuar em favor do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Depois da entrevista coletiva do Ministério Público Federal que fez o Estado tremer, Raldi tornou-se ainda mais polêmico. É dele a frase bombástica:

— Não haverá moleza para estes réus.

Embora não tenha contato pessoal com o procurador, o deputado federal Vieira da Cunha (PDT) saiu

em sua defesa. As palavras exatas, argumenta o pedetista, foram: "Não haverá moleza para estes réus, como não há moleza para nenhum outro réu".

— Raldi quis dizer que eles terão um tratamento igual ao de todos os investigados, independentemente da posição que ocupam. Tenho certeza de que, se as pessoas ouvissem toda a frase, saberiam que o procurador não merecia crítica, mas elogio.

O juiz Guilherme Pinho Machado, da Justiça Federal de Canoas, atua com Raldi

em diversos casos e destaca sua disposição. O procurador conversa por e-mail com o juiz e, segundo Machado, mantém tom informal, apesar da fama de duro e sério.

— As vezes, sinto falta do procurador em Canoas — lamenta Machado, que garante não ter se surpreendido com a frase bombástica de Raldi.



Adriano Raldi

Reportagem Especial

De Santa Maria, a amazona

A única mulher da força-tarefa dos procuradores que investigam a fraude do Detran é determinada, vaidosa e compensa os prazeres da boa mesa com a rotina de exercícios físicos. A procuradora da República em Santa Maria Jerusa Burmann Viecili era esperada pela família em Ijuí, neste final de semana, com uma ovelha preparada pelo pai, José. Se o tempo não atrapalhar – há previsão de chuva –, poderá se dedicar a uma paixão da infância: andar a cavalo na fazenda a 70 quilômetros de Ijuí, onde a família cria gado.

Com 30 anos completados em 4 de maio, formada em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em 2001, Jerusa não herdou genes jurídicos, como é usual na profissão. Desde criança falava em cursar Direito. Leitora aplicada, não teve dificuldade. As duas irmãs, Josiane e Jalusa, optaram por outras carreiras. Uma é dentista pediátrica, e a outra, dermatologista. Os colegas de faculdade, como a promotora de Agudo Daniela Sudbrack Gaspar Raiser, a elogiam.

Vaidosa, gosta de exercício e viagens

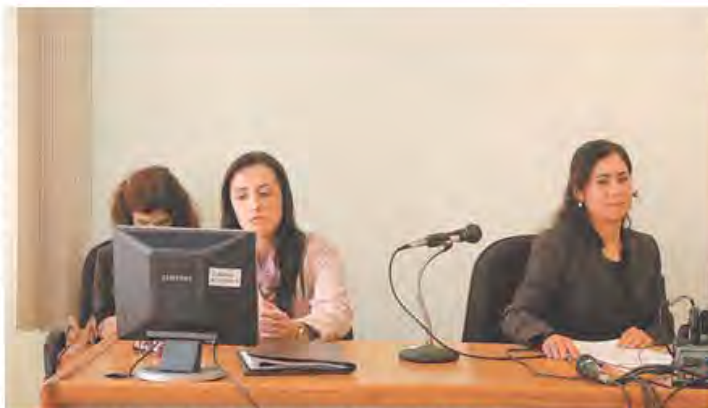
— Ela é muito séria, íntegra. Nunca teve relação política ou coisa desse tipo. Se essa ação foi ajuizada, foi porque ela tinha convicção — afirma Daniela, referindo-se ao trabalho da força-tarefa.

Mãe de Jerusa, Circe ressalta que a carreira pública sempre foi o objetivo da procuradora. Ela prestou vários concursos — de delegado de polícia a juiz — antes de ser aprovada para o Ministério Público Federal (MPF).

Nos testes físicos, aproveitou o gosto pelo atletismo cultivado no Colégio Evangélico Augusto Pestana, de Ijuí. Em 1994, a equipe de Jerusa venceu a corrida de revezamento na modalidade queto por cem metros rasos numa olimpíada nacional de escolas evangélicas. Ainda corre e frequenta academia, o que ajuda a queimar as calorias de doces com leite condensado, seus prediletos.

— Ela gosta de se vestir bem, de estar bem arrumada. É das mais arrumadas da casa — conta a mãe.

O primeiro posto como procuradora da República foi em Campo Gran-



Com atuação em Santa Maria, Jerusa (de rosa) acompanha audiências comandadas por Simone

de (MS), onde passou cinco anos e comprou algumas brigas. Acionou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) por instalar assentamentos sem licença ambiental e tomou decisões favoráveis a indígenas, contrariando fazendeiros. Mas não busca confronto a qualquer preço: em abril, arquivou a investigação

de supostas irregularidades em concurso para funcionários da UFSM.

— A gente se preocupa, algumas situações são difíceis. Ela é muito determinada, assume o que seja de corpo e alma — diz Circe.

Em Santa Maria desde janeiro, Jerusa mora sozinha. Como representante da força-tarefa na sede da 3ª

Vara da Justiça Federal, acompanha as audiências com a juíza Simone Barbian Fortes. Solteira, adora viajar. Já palmilhou praias do Nordeste, conheceu a Europa e esteve em Machu Picchu, no Peru. Este ano, tem planos de levar a mãe à Grécia. Quer ver a fonte da democracia, quem sabe para se realimentar.

De Cruz Alta, o nota 10

— É um verdadeiro quebra-cabeças que teve que ser montado — declarou o procurador Fredi Everton Wagner durante a entrevista coletiva que resultou no ajuizamento de uma ação pública de improbidade administrativa contra a governadora do Estado, referindo-se ao emaranhado de informações que fundamentou a iniciativa.

A frase pode ser aplicada ao desafio de se descobrir detalhes sobre a vida do procurador. O que se sabe: Fredi Everton Wagner nasceu em Passo Fundo. Cursou Direito na Universidade de Passo Fundo (UPF) entre o segundo semestre de 1994 e o primeiro semestre de 1999. Seu aproveitamento foi acima da média: uma coleção de notas 10 e nove no boletim. Uma das cadeiras

pareceu inusitada: Tendências Filosóficas na Educação Física. Entre 1999 e 2000, cursou a Escola de Magistratura da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris), em Passo Fundo.

Wagner trabalhou nove anos como servidor do Ministério da Fazenda e como juiz de Direito no Rio Grande do Sul, antes de ser aprovado no 21º concurso para o cargo de procurador da República, em 2005. O começo como procurador foi no Acre, entre junho de 2005 e 2006.

Na função, ajuizou 60 ações penais, entre elas algumas de improbidade administrativa contra gestores e ex-gestores públicos.

Sua atuação ganhou visibilidade

quando o MPF acrea no pediu a quebra da patente do sabonete de murmuru, e em poder de uma grande empresa, para defender os direitos da comunidade indígena Ashaninka. Atualmente, Wagner está lotado em Cruz Alta.

Durante a entrevista de quarta-feira, destacou-se em dois momentos. Primeiro, ao oficializar a denúncia de improbidade contra a governadora Yeda. Depois, quando fez uma declaração de fé na ação do MPF:

— A população deve ficar chocada. Mas que fique um sentimento para a busca da verdade e não um desamparo.



Fredi Wagner

De Uruguiana, o goleador

Quando enverga terno e gravata, como procurador da República em Uruguiana, Ivan Cláudio Marx é circunspecto, quase solene. Como convém a uma autoridade federal.

Ao vestir a camiseta verde e vermelha do time de futebol society, como atacante, transfigura-se no goleador que estonteia zagueiros e estufa as redes adversárias. Também é um esportista que ri, pode até soltar um palavrão se tiver as caneladas arranhadas.

Fiel ao pacto com seus colegas, o procurador Ivan Cláudio Marx não fala sobre si. Nada de idade, onde nasceu, quando ingressou no Ministério Público Federal (MPF). Quer ficar longe dos holofotes da mídia, como procurador e centroavante nas horas de folgado. Seu perfil é traçado como se fosse um mingau pelando de quente: as poucas informações surgem das beiradas de quem o conheceu vagamente.

Quem frequentou o gabinete de Marx, como preferiu ser chamado, no MPF de Uruguiana, lembra de um procurador afável, dispensando as formalidades do cargo. Oferece chimarrão ao visitante, vertendo a água de uma garrafa térmica de metal, dessas baratas, vendidas em abundância na região da fronteira. Sobre uma das mesas, talvez outra de suas paixões: um tabuleiro de

xadrez — o rei, a rainha, a torre e os peões à espera de um movimento calculado.

Marx é o que as solteiras de Uruguiana suspiram como "bom partido", devido à elegância e — por que não? — ao salário de procurador. Ele atrai pelo aspecto jovial, raramente é visto de terno, mas se veste com roupas de marca. Não é raro encontrá-lo, em pleno trabalho, estudando

processos de calça jeans e tênis. Antes de ingressar no MPF, foi delegado da Polícia Federal em Jaguarão, também na fronteira do Rio Grande do Sul. Trocou de cargo movido por idealismo, acreditando que teria maior utilidade social como procurador.

Ivan Cláudio Marx é um articulista consistente, cita o filósofo Aristóteles para interpretar a realidade. Em um artigo, "Sociedade civil e sociedade civil organizada: o ser e o agir", discorre sobre os seus significados. E defende a legitimidade da sociedade civil que se organiza na busca de soluções negadas por um Estado ineficaz.



Ivan Marx

De Bento, o herdeiro

Pode-se dizer que o zelo pelo cumprimento da lei, no caso do procurador Alexandre Schneider, 33 anos, vem de berço. Ele é filho do promotor aposentado Wilson Eraldo Schneider — que atuou no Ministério Público Estadual (MPE) entre 1982 e 1997.

Alexandre cresceu em São Leopoldo, onde vive sua família. Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Chegou a atuar como assessor do MPE, mas, aprovado

em concurso, optou pela instituição federal.

Atua como procurador desde 2002. Depois de trabalhar em Cascavel (PR), e Passo Fundo, o Colorado acabou indo para Bento Gonçalves, na serra gaúcha.

Na cidade, acabou ganhando destaque em ações de combate a casas de jogos eletrônicos, nas quais contou, conforme entrevista, com o apoio da comunidade. A dedicação ao trabalho acabou lhe rendendo a

imagem de pessoa muito correta.

— Ele é extremamente comprometido. É muito dedicado

— assegura o procurador-geral do município de Bento Gonçalves, Carlos Alberto Lunelli.

Segundo pessoas próximas à família, gosta de apreciar a culinária da Serra quando tem folga. Mas a força-tarefa restringiu muito seu tempo livre.



Schneider

Participaram desta reportagem Alexandre de Santis, Diogo Olivier, Gisela Loeblin, Maria Silveira, Nilson Mariano e Renata Mendonça

ANEXO H – ZERO HORA DO DIA 10 DE AGOSTO DE 2009

www.zerohora.com

ZERO HORA

GAMES A SERVIÇO DO ENSINO
GLOBALTECH

AS PRIMEIRAS ESTRELAS DO FESTIVAL DE GRAMADO
PÁGINAS 22 E 23

PROBLEMAS QUE VÊM COM A ASMA
Meu filho

Dira Paes homenageada

PORTO ALEGRE, SEGUNDA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 2009 - ANO 46 - Nº 16.049

SC/PR - R\$ 2,50/ DEMAIS REGIÕES - R\$ 3,50/ URUGUAI - \$ 48

R\$ 2,00

Defesa sustentará que MPF não tinha poder de incluir Yeda na ação



Governadora contratou Medina, especialista em questões de improbidade e adjunto da Segurança na gestão de José Otávio Germano. **Páginas 4 a 11**



Medina pedirá à Justiça que exclua Yeda da ação

Derrota fora
Grêmio fecha o turno como pior visitante



Ao levar 1 a 0 do Barueri, time de Adílson é o nono e seria lanterna, não fosse o desempenho no Olímpico.

Inter testa hoje sua nova cara

Caderno de Esportes encartado nesta edição

Se você é apaixonado por carros Honda, vá até a pág. 13.

Enxurrada de um mês



Arroio Sarandí, na Capital, simbolizou o aguaceiro que ditou o fim de semana dos gaúchos e espalhou estragos. **Páginas 32 a 34**

44 casos no RS

Mortes põem em questão estratégia contra gripe A



Mortalidade no RS, comparada ao número de habitantes, acende alerta. **Páginas 26 e 27**

Drama na Europa

Gaúcho é assassinado na Suíça depois de festa

Vilmar Horn, 24 anos, de São Paulo das Missões, teria sido esfaqueado por iugoslavos na sexta-feira. **Pág. 24**

Reportagem Especial



Acompanhada por secretários e aliados, a governadora apresentou como advogado Fábio Medina (C), especialista em Improbidade

REAÇÃO AO MPF

Advogado de Yeda tenta desmontar ação

MARCELE BRUM

Apresentado por Yeda Crusius em apenas 54 segundos no Palácio Piratini como advogado de defesa, Fábio Medina Osório anunciou ontem que pedirá hoje à 3ª Vara Federal de Santa Maria a extinção do processo de improbidade administrativa contra a governadora.



Pouco antes das 18h, Yeda apareceu sorridente e subiu ao púlpito instalada de seu gabinete. Estava acompanhada do chefe da Casa Civil, José Alberto Wenzel (PSDB), e do líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Pedro Westphalen (PP). Secretários vestidos informalmente, como Daniel Andrade (Infra-estrutura), Mateus Bandeira (Planejamento), Ricardo Engler (Fazenda) e até o chefe de gabinete, Ricardo Lied, além de dezenas de repórteres, assistiram

à manifestação do novo advogado. Yeda falou rapidamente antes de passar a palavra a Medina:

— Boa tarde a todos. Obrigada pela presença. Nesse terceiro dia chuvoso, quero apresentar a vocês formalmente o advogado que responderá a partir de hoje em nome da governadora.

Dito isso, Yeda deixou o local. Seguiram-se 40 minutos de explicações, nos quais o advogado garantiu que a petição a ser proposta em Santa Maria se restringirá à governadora (*leia trechos da manifestação do advogado na página 5*). Antes de fazer a solicitação, Medina conversará com a juíza federal Simone Barbisian Fortes, responsável pelo exame da ação civil e também pelo processo penal contra réus envolvidos na fraude do Detran. Essa estratégia foi definida no final de semana, depois da leitura das 1.238 páginas da ação proposta pelos procuradores da República.

Medina ainda não pediu acesso ao material e obteve documentos junto a um colega que já recebeu cópia da ação por defender aliados de Yeda ci-

tados pelo MPF. Hoje, o advogado da governadora pretende formalizar o pedido de acesso aos autos.

Para Medina, ação é "inepta"

Ontem, Medina narrou as razões pelas quais não seria possível processar a governadora por improbidade (ato de agente público no exercício do cargo, mandato ou função que resulte em enriquecimento ilícito ou lesão aos cofres públicos). Procuradores da República têm competência para ajuizar ação de improbidade contra agentes públicos que tenham foro privilegiado, ou seja, que só possam ser investigados e processados criminalmente em tribunais estaduais ou superiores. Mas há uma discussão no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre se um governador pode ser alvo desse tipo de ação. Na opinião de Medina, a resposta é não. Outros juristas dizem que o assunto é controverso e que não há decisão definitiva do STF sobre o tema. Quando há indício de crime praticado

por governador, uma denúncia criminal deve ser feita pela Procuradoria-Geral da República (PGR) depois de investigação autorizada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Yeda já está sendo investigada na esfera criminal.

— Temos convicção de que essa inicial é inepta (*não reúne os requisitos essenciais que justificam o processo em relação à governadora*). Ela é inocente — afirmou Medina.

Esta semana, o advogado também pretende contestar no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) a forma como os seis procuradores anunciaram a ação, na quarta-feira, em entrevista coletiva. Segundo ele, o segredo de justiça foi rompido e teria havido a "espetacularização" das informações.

Como Yeda é alvo de ação civil, o advogado de Flavio Vaz Netto, Paulo Oliveira, pretende fazer requerimento para que o depoimento da governadora, como testemunha de defesa, seja suspenso. Ela iria depor no dia 19.

marcele.brums@zerohora.com.br

Jurista foi adjunto de José Otávio na SJS

Entre novembro de 2003 e dezembro de 2005, o advogado e então promotor Fábio Medina Osório, contratado no final de semana para a defesa da governadora Yeda Crusius, foi secretário adjunto da Secretaria da Justiça e da Segurança durante a gestão do titular da pasta, o deputado federal José Otávio Germano (PP), um dos réus apontados na ação do Ministério Público Federal (MPF).

O parlamentar usou Medina como alibi ao se defender de acusações de que era conivente com a fraude do Detran que começou em 2003 quando o deputado e o promotor comandavam a pasta responsável pela autarquia. José Otávio dizia que a presença de um promotor era a prova de que não participou de irregularidades.

Autor do livro *Teoria da Improbidade Administrativa*, de 2007, Medina é referência nacional em Direito Administrativo Sancionador e se dedica ao tema há quase 20 anos. A condição de especialista renomado em improbidade administrativa e de membro da ONG Transparência Brasil pesou na decisão de contratá-lo para a defesa de Yeda.

Citado por procuradores, advogado ironizou autores

Ontem, o professor que é doutor disse que os procuradores da República utilizaram um outro livro menos atualizado, de 1999:

— Fico grato ao próprio MPF que citou um dos nossos livros a respeito de probidade administrativa na própria inicial acusatória. Temos alguns outros livros mais atualizados para poder enviar aos ilustres procuradores.

Com escritório na esquina das ruas Mostardeiro e Mariante, em Porto Alegre, Medina deixou o posto de promotor no Ministério Público Estadual em 2006 para se dedicar à advocacia. Um de seus principais clientes é o Banco Bozanno Simonsen. Junto à Procuradoria-Geral da República e ao Superior Tribunal de Justiça, a governadora continua sendo representada pelo advogado Eduardo Aldrcin.

ZERO.HORA.COM

Entenda acusações do MPF contra a governadora e outros oito políticos gaúchos. Confira em www.zerohora.com

“Houve excessiva espetacularização”

A seguir, os principais trechos da entrevista coletiva concedida por Fábio Medina Osório, advogado da governadora, no Palácio Piratini:

Anúncio da ação pelo MPF

“Temos convicção, apesar do profundo respeito pelo Ministério Público Federal, de que o procedimento adotado pelos procuradores da República na entrevista coletiva (na quarta-feira passada) merece ser levado ao crivo do Conselho Nacional do Ministério Público. Foram violadas regras administrativas de procedimento funcional na perspectiva de rompimento do segredo de Justiça ainda vigente. Houve excessiva espetacularização do processo. Esse tipo de técnica não pode ser aplaudida e aceita pela sociedade como forma correta.”

Paradigma do Supremo

“Estão sendo violadas regras do jogo democrático no que diz respeito a um paradigma já firmado pelo Supremo Tribunal Federal, que, gostemos ou não, tem bem estabelecida a regra no que diz respeito à absorção da Lei 8.429/92, da Improbidade Administrativa, pela Lei dos Crimes de Responsabilidade (que leva ao impeachment). Recentemente, houve paralisação de uma ação civil de improbidade administrativa, análoga a esta, com sentença condenatória em relação ao governador de Santa Catarina, Luiz Henrique, pelo próprio Superior Tribunal de Justiça (STJ) numa reclamação. Entendeu-se que houve essa absorção. Cabe à Assembleia Legislativa julgar a governadora do Estado e não à Justiça Federal.”

Provas apresentadas

“Toda prova reunida é oriunda de investigação criminal. É prova calçada em interceptações telefônicas. Essa prova foi colhida com toda naturalidade no juízo criminal sem nenhuma violência ou pressão. Depois, essa prova foi emprestada para a ação civil

de improbidade administrativa. Após, o MPF formula um pedido genérico de afastamento sem individualizar a conduta de cada um dos réus no que diz respeito à suposta pressão e perturbação da instrução processual. É uma violência ao princípio democrático, ao mandato eletivo de uma governadora. Parece espetacularização do processo. A busca dos holofotes. Ganham o *Journal Nacional* e o *Fantástico*. Mas perdeu a sociedade gáucha porque não se individualizou comportamento algum que configurasse abuso ou ameaça.”

Pedido de afastamento

“Toda prova colhida e referida na inicial acusatória está e foi oriunda do processo criminal. Causou um verdadeiro espanto o caráter abusivo do pedido de afastamento da governadora. Isso causou enorme perplexidade porque, no juízo criminal, não se formulou nada parecido e sequer a governadora foi denunciada. O juízo criminal ainda está pendente de investigação no STJ. Essas provas todas oriundas do juízo criminal embasam uma ação civil de improbidade administrativa com arbitrário pedido de afastamento da governadora para ganhar o foro nacional do noticiário público.”

Gravações de envolvidos

“Houve 20 mil escutas telefônicas em toda a extensão investigatória. Em nenhuma que consta da inicial, há a voz da governadora do Estado. O esqueleto de toda a investigação é uma gravação de dois amigos. Um deles está morto (Marcelo Cavalcante, ex-representante do Estado em Brasília), e Lair Ferst (consultor). Eliminado esse esqueleto cai por terra a investigação. Os dois conversando e se gravando. Extensas gravações de dois amigos. Uma e outra referência aqui e acolá, ambígua sempre, e com uma conotação extorsiva.”



O presidente da Assembleia, Ivar Pavan (E), pediu na sexta-feira cópia da ação contra Yeda

STELA FARIAS
Deputada estadual (PT)

“

O próprio Ministério Público foi duramente criticado nos últimos dias. Temos a convicção de que o MPF está muito seguro e que o conteúdo divulgado no final de semana é apenas uma pequena parte do que está por vir.

ELVINO BOHN GASS
Deputado estadual (PT)

“

Consideramos o conteúdo (da ação de improbidade administrativa ajuizada pelos procuradores da República) grave. É possível avançar no tema de abertura de impeachment contra a governadora.

Divulgação de trechos anima opositoristas

Ao avaliar ontem o conteúdo de parte da ação civil pública de improbidade administrativa contra a governadora Yeda Crusius e oito aliados, deputados do PT se mostraram animados com as perspectivas da CPI da Corrupção na Assembleia.

Com a tarefa de presidir a comissão, a deputada estadual Stela Farias (PT) afirmou que é possível que “dentro da ação encontremos novos elementos para sabermos das conexões e das ações”.

O próprio Ministério Público Federal foi duramente criticado nos últimos dias. Temos a convicção de que o MPF está muito seguro e que o conteúdo divulgado no final de semana é apenas uma pequena parte do que está por vir. É possível que dentro da ação encontremos novos elementos para sabermos das conexões e das ações.

Segundo o líder da bancada do PT, deputado Elvino Bohn Gass, há um ano o partido chegou à conclusão de que havia provas contra integrantes do Palácio Piratini:

– Consideramos o conteúdo (da ação de improbidade) grave. É possível avançar no tema de abertura de impeachment contra a governadora.

Stela viajará a Santa Maria para pedir fim de sigilo

Apesar de o presidente da Assembleia, deputado Ivar Pavan (PT), ter se reunido com a juíza da 3ª Vara Federal de Santa Maria, Simone Barbian Fortes, na sexta-feira, Stela cogita viajar a Santa Maria ainda esta semana para reforçar o pedido do colega de partido: a Assembleia quer ter acesso à íntegra da ação contra a governadora Yeda Crusius e oito aliados. A bancada deve solicitar nesta semana ao Ministério Público a reabertura da investigação sobre a casa da governadora, no bairro Vila Jardim.

– O tema é gravíssimo. O essencial é ver o conteúdo da prova. Com o que foi divulgado, o governo terá dificuldades de recuperar a sua credibilidade – disse Pavan.

SEGUE >

NO MÊS DE ANIVERSÁRIO DA VITASONS, UM PRESENTE ESPECIAL PRA VOCE

20

anos

20%

desconto

vitasons
Ótios e Aparelhos Auditivos

(51) 2108.1900

MARQUE UMA AVALIAÇÃO DE SUA AUDIÇÃO

Aparelhos auditivos miniaturizados. Discretos e eficientes.

Reportagem Especial

10 questões que a ação do MPF deixa em aberto



O ajuizamento de uma ação civil pública contra a governadora Yeda Crusius e oito aliados e a divulgação dos primeiros trechos da peça provocaram uma enxurrada de dúvidas, questionamentos e controvérsias sobre os desdobramentos do caso no mundo

por vezes fechado da Justiça. Depois de ouvir os seis procuradores que apresentaram a ação explicar que não poderiam revelar detalhes em razão do sigilo de Justiça, os gaúchos assistiram à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) tornar públicas 40 das

1.238 páginas da peça. Ainda não se sabe quais condutas irregulares são imputadas aos réus, nem quais são as provas. A seguir, Zero Hora apresenta 10 questionamentos sobre a disputa jurídica que se desenrola no Estado:



1 Por que os procuradores não divulgaram o mesmo que a OAB?

Para o corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Gilson Dipp, o papel do Ministério Público Federal (MPF) é tocar o processo na forma adequada e na forma da lei. Em função do tipo de prova e de investigação que está sendo feita, deve, num primeiro momento, ser conduzido em sigilo. Para o constitucionalista Eduardo Carrion, professor da Fundação Escola Superior do Ministério Público, a ação de improbidade é uma ação cível, e portanto não se justifica o sigilo de Justiça mesmo sobre as provas, desde que não envolva a intimidade.



2 Os procuradores não sabiam que não pesa sigilo sobre parte da ação?

Na opinião do constitucionalista Eduardo Carrion, não há desconhecimento. A matéria é controversa, e os procuradores agiram com cautela e prudência. Mas ao mesmo tempo pediram a revogação do sigilo de Justiça. Segundo o corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Gilson Dipp, o MPF poderia ter divulgado o teor da petição inicial. Para ele, talvez fosse desnecessário fazer uma entrevista coletiva, dizer quem são os investigados e não referir quais os fatos concretos que estão sendo investigados.



3 Por que a juíza concedeu à OAB acesso à ação?

Houve uma solicitação expressa da OAB. Segundo o constitucionalista Eduardo Carrion, nos termos do Estatuto da Advocacia, a entidade possui uma função institucional e não simplesmente corporativa. Tem por finalidade "defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático e de direito, os direitos humanos, a justiça social e pugnar pela boa aplicação das leis (...)". No entanto, a juíza de Santa Maria só autorizou a divulgação do material que não estivesse sob sigilo de Justiça até decisão em contrário.



4 Qual é a legitimidade da OAB para obter acesso a ação civil?

Para o corregedor do Conselho Nacional de Justiça, Gilson Dipp, não há ilegalidade. O professor de Direito Constitucional da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Alexandre Mariotti afirma que a OAB é a entidade representativa da ordem dos advogados e ao mesmo tempo é um órgão da sociedade civil. Segundo o constitucionalista Eduardo Carrion, há um interesse público flagrante. A ação dos agentes políticos deve ser transparente ao máximo, exatamente porque se trata do patrimônio público em questão.



5 Há prazo para que a juíza responda aos pedidos de quebra de sigilo do inquérito?

Não. A própria inicial contém em torno de 1.238 páginas.



6 Há precedentes em que a OAB tenha obtido direito de divulgar trechos livres de sigilo em processos?

Juristas desconhecem possíveis precedentes. Salvo em casos excepcionais, que envolvam a intimidade dos demandados, a OAB tem defendido a publicidade dos atos e documentos processuais. O presidente da seccional gaúcha da OAB, Claudio Lamachia, também desconhece casos semelhantes no país.



7 Pode-se afastar governador e outras autoridades por ação civil?

A questão é polêmica. Segundo o constitucionalista Eduardo Carrion, é possível fazer esse pedido e existe a previsão de perda do mandato desde que a possibilidade de ação civil pública por improbidade seja admitida nesse caso pela Justiça. O professor Alexandre Mariotti diz não conhecer nenhum precedente envolvendo autoridades como a governadora, deputados e o presidente do Tribunal de Contas. Segundo ele, a ação civil pública de improbidade permite, em tese, que se decrete perda de mandato.



8 Que fatos podem levar ao impeachment de um governador?

Segundo juristas, aplica-se a Lei 1.079/50 (impeachment). No caso, o artigo 9º, que trata dos crimes contra a probidade na administração, em especial os itens 3, 6 e 7. Podem ser motivadores de impeachment condutas como leniência com relação a responsabilidade de seus subordinados, pressão ou ameaça contra funcionário público e falta de decoro.



9 Quanto tempo leva a tramitação de um processo de impeachment, até o julgamento?

Há normas legais e regimentais. Nos termos do artigo 82 da Lei 1.079/50 (impeachment), "não poderá exceder de cento e vinte dias, contados da data de declaração da procedência da acusação, o prazo para o processo em julgamento". A lei se sobrepõe ao regimento interno da Assembleia Legislativa.



10 Improbidade administrativa é crime?

É questão controversa. De acordo com o constitucionalista Eduardo Carrion, no sentido técnico, não. Por isso mesmo, é possível paralelamente nos termos do artigo 37, parágrafo 4º da Constituição, ação penal se cabível. Nesse caso, para a governadora haveria foro privilegiado e a demissão teria de ser feita pelo procurador-geral da República perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Para o professor Alexandre Mariotti, sem dúvida é crime. Representa um desvio do padrão de conduta ética que um administrador público deve ter.

Reportagem Especial

O BUNKER DA SERRA

Como Yeda aguardou ação dos procuradores

Residência oficial em Canela foi refúgio da governadora no auge da crise

LEANDRO FONTOURA

Na quarta-feira, a governadora Yeda Crusius despachou do início da manhã até as 15h. Naquele momento, segundo um dos assessores que a acompanhavam no Palácio das Hortênsias, em Canela, disse aos colaboradores que iria descansar.



A parada foi estratégica. Yeda preferiu não assistir à entrevista dos seis procuradores da República, integrantes da força-tarefa responsável por apurar a fraude que, desde 2003, desviou R\$ 40 milhões do Detran.

Yeda rumara para Canela por volta das 15h de terça. O deslocamento estava previsto para o meio-dia, mas a

governadora preferira atrasar a partida para participar da liberação para venda da área da antiga Corlac. O desbloqueio de um imóvel abandonado que pode render R\$ 14 milhões era um anúncio importante na busca de uma agenda positiva.

Com o objetivo de despachar com tranquilidade, a governadora havia planejado ficar na Serra até sexta-feira, quando retomaria compromissos em Porto Alegre. No Palácio das Hortênsias, diz um assessor do Piratini, Yeda não é importunada por telefonemas e entra e sai de pessoas como na sede do Executivo na Capital.

A sexta na hora em que o Ministério Público Federal (MPF) jogava uma bomba sobre o governo havia sido precedida de trabalho. Quando está no Palácio das Hortênsias, a governadora prefere despachar junto à mesa da sala de jantar, e não no escritório. O que

atrai a governadora é o tamanho do tempo do imóvel, onde pode empilhar, desempilhar e analisar centenas de documentos ao mesmo tempo.

Ali, também encontra o conforto da proximidade da lareira. Tudo isso sem a pressa do Piratini. Foi assim na quarta-feira. De abrigo, ela trabalhou no local com o apoio do subchefe jurídico da Casa Civil, César Marsillac, que a ajudou a se encontrar no meio da papelada. Os processos chegaram um dia antes, em caixas, de carro.

Assessores relataram entrevista do MPF

Ao meio-dia, a governadora almoçou com os assessores. Estavam presentes Marsillac, o chefe de gabinete, Ricardo Lied, a jornalista Ana Jung e o fotógrafo Jefferson Bernardes. Nas recentes passagens da governadora por

Temporal

ANDRÉ MACHADO

Foram duas respostas curtas, mas que mostram o estado de espírito da governadora Yeda Crusius depois do anúncio da ação do Ministério Público Federal e da divulgação dos áudios da conversa entre Lair Ferst e Marcelo Cavalcante, dois ativos militantes de sua campanha eleitoral de 2006.

"Bem, agora entramos finalmente em fase nova. Apareceu a Margarida", escreveu Yeda às 8h21min de sábado, em resposta a uma mensagem que enviou às 9h59min da manhã de quinta-feira, propondo uma segunda conversa para aprofundar questões que não

poderiam ser detalhadas numa entrevista de 15 minutos à TVCOM.

Poucos minutos depois de receber a mensagem da governadora eu deveria comentar no programa SuperSábado, da Rádio Gaúcha, os áudios de Lair e Marcelo e o trecho do processo revelado pela Ordem dos Advogados do Brasil. Retornei o e-mail oferecendo espaço para uma manifestação naquela manhã.

A resposta segue as metáforas típicas da forma de se comunicar da governadora: "O temporal está tão forte que é melhor esperar clarear". Porto Alegre tinha uma manhã escuro. Yeda sabia o que dizia. Nós é que não sabemos com clareza o que virá.

Canela, também são sempre vistas sua secretária particular, Magda Carneiro, a jornalista Lillian Daber e a capitã Leila Malabarba, ajudante de ordens de Yeda.

Enquanto a governadora descansava, coube aos assessores ouvir, pelo rádio, as declarações do MPE. Ao retornar, a governadora ouviu o relato dos assessores e ficou indignada. Logo, começou uma série de telefonemas, aberta pela ligação do secretário de Administração, Elói Guimarães.

Naquele momento, o governo deu início ao contra-ataque. Uma das primeiras ações foi buscar a opinião de advogados. Das conversas, o Piratini firmou a convicção de que os procuradores não têm o direito de ajuizar uma ação de improbidade administrativa contra a governadora. O argumento foi usado por Yeda no retorno a Porto Alegre. Ela chegou à Capital na quinta-feira às 13h, direto para um almoço com aliados.

NOVO INTERIOR
NOVO DESIGN
CÂMBIO DE 6 MARCANGAS

Master Miralux
18 Lugares
A partir de
R\$ 88.660

Novo Renault Master.
Para o trabalho, cotidiano.
Para o diretor financeiro, economia.
Para o gerente de frota, sucesso.

Renault Miralux, eleito de 100 concessionários no Brasil. 0800 000 0010

Renault Brasil

UTILIZAMOS RENAULT. COM VOCÊ NUNCA O MÊS.

O Renault Master foi eleito segundo no seu segmento. Além, a Renault tem o melhor preço para qualquer compra. Você pode sempre contar com o melhor, a segurança e o excelente custo de utilização que só um Renault oferece nos veículos Miralux, graças ao transformado. Tudo no novo Master na sua empresa. O melhor preço para quem quer levar o melhor.

BRASIL (11) 2415-1818 - AC: BERTUCCI GUARANI, 6.000 - CENTRO - CURITIBA | IGAZ: ZEMBA S&L (11) 3025-3000 - AC: AZEVEDO, 1.707 - AZEVEDO | SUILEIRA (31) 3426-6888 - RODOVIA BR 116, 458 - BOMAS - BOMAS HAMBURG

Preço à vista superior para venda direta ao cliente, válido para Master Miralux, 18 lugares, L2H2, 2.5 603 10V, 08/10, 1800cc, com pintura especial. Oferta válida até 31/08/2009. Exclui-se impostos. Imagine a maravilha! Ilustrativa. Alguns itens mostrados não associados são opcionais ou acessórios não referenciados a versões específicas. Preserve e viva. Cláusula de segurança podem salvar vidas.

Reportagem Especial

Aod estuda ação na Justiça contra Lair

Citado nas gravações entre o réu do Caso Detran Lair Ferst e o ex-assessor em Brasília Marcelo Cavalcante como participante de suposta reunião com a Magna Engenharia para tratar de contribuição de campanha em 2006, o ex-secretário Aod Cunha estuda ação na Justiça contra o primeiro. Em nota emitida no sábado, Aod disse que "jamais recebeu qualquer valor de

qualquer empresa durante a campanha eleitoral do PSDB".

O advogado de Aod, Gabriel Magadan, afirmou que o ex-secretário já move no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, ação criminal contra a deputada federal Luciana Genro, o vereador da Capital Pedro Ruas e o presidente estadual do PSOL, Roberto Robaina, por terem se referido à suposta reunião.

Gravações em xeque

As conversas entre o consultor Lair Ferst e Marcelo Cavalcante, ex-assessor do governo, morto em fevereiro, suscitam dúvidas. Abaixo, as principais delas:

- **Em que momento** as gravações entre Lair e Cavalcante foram feitas? Na campanha ou após a abertura do processo da Rodin na Justiça Federal?
- **Qual era** a intenção de ambos ao registrar as conversas?
- **Desacompanhadas** de outras provas, que validade têm as gravações feitas por Lair, um dos pivôs da fraude no Detran?
- **O suposto** relato escrito por Cavalcante em preparação para o depoimento que planejava dar aos procuradores confirma o teor dos diálogos?
- **Se os diálogos** foram combinados entre os dois, como confiar na veracidade?
- **Cavalcante caiu** numa cilada ou participou de um esquema para ameaçar o governo?
- **Cavalcante seria** uma testemunha menos confiável por causa da instabilidade e da depressão provocadas pela perda do emprego, pelas dívidas e pelo abandono dos companheiros, como alegam governistas?

LEIA MAIS NA PÁGINA 11 >



ED. CARLOS GOMES CENTER
Av. Saúde, 550
159, 350, 700 a 2.800m²



ED. IGUATEEMI CORPORATE
Av. Nilo Pecanha, 2.825
69, 137, 159 e 169m²



ED. CENTRO EMPRESARIAL
MOSTARDEIRO
Rua Mostardeiro, 322 - 107 e 218m²



ED. MARTIN FERRO
Av. Carlos Gomes, 651
116 a 230m²

D.LEGEND
LIGAÇÕES CORPORATIVAS

CONJUNTOS E ANDARES

Ed. Augusto Rodin - Av. Carlos Gomes, 1.001	30,52m²
Av. 2 de Outubro, 938	33m²
Rua Pedro Chuaga, 306	37 a 40m²
777 Studio Offices - Av. Carlos Gomes, 777	38,6, 53 a 144,61m²
Ed. Guarani - Pça. Dom Feliciano, 79	40m²
Ed. Empreza 01 - Av. Getúlio Vargas, 301	42 a 50m²
Ed. Anhãm Center - Av. Carlos Gomes, 403	55, 60 a 105m²
Ed. Charles de Gaulle - Av. Carlos Gomes, 1.155	99m²
Ed. Galvão Maranhão - Av. Dom Pedro II, 367	99 a 198m²
Ed. São Venturoso - Av. Carlos Gomes, 1.340	101, 125 a 141m²
Ed. Cantho Exp. Aeroporto - Av. Severo Daltro, 1.395	118 a 240m²
Ed. Lincoln Center - Av. Carlos Gomes, 1.000	121m²
Rua Espírito Santo, 338	128m²
Conte e P. R. Barboza - Av. Luís Manoel Gonçalves, 351	128,5m²
Av. Luís Manoel Gonçalves, 450	153m²
Av. das Indústrias, 469	170m²
Ed. Antares - Av. Carlos Gomes, 141 - 0 box	190m²
Ed. Corporação Status - Rua Mostardeiro, 366	191 a 352m²
Av. Pernambuco, 1.483	310 a 2.100m²
Ed. Espião CBE - Av. Dom Pedro II, 861	380 a 1.520m²

PREDIOS E CASAS COMERCIAIS

Rua João Wally, 3.235	150m²
Rua Manoel de Fontoura, 2.120	150m²
Pça. Marcondes Cardoso, 49	200m²
Rua Nazário de Gama, 415	220m²
Rua Cel. Beviláqua, 729	250m²
Av. Proletário Alves, 2.139	250m²
Rua Teófilo Mendes, 852	253m²
Rua João Barboza, 1.331	240m²
Pça. Manoel Dias, 83	383m²
Rua Anaguá, 135 - Centro	450m²
Rua Garibaldi, 853	500m²
Rua Mangabeira de Almeida, 82	500m²
Rua Álvaro Mattos Pereira, 351	550m²
Rua Cor de Lima, 990	600m²
Rua Eclito Cardoso, 200	740m²
Sede Comercial - Rua Azevedo, 215	800m²

DEPÓSITOS E TERRENOS

Rua Santa Madalena, 263 - Porto Alegre	700m²
Av. Sotero Reis, 143 e 147 - Porto Alegre	700m²
Moça Intermédica - BR 116, 833 - Estão	1.645 a 18.000m²
RS 118 Km 6 - Sapucaia do Sul - amplo terreno	3.200m²
Rua Benício Carvalho Bernardes, 220 - Cachoeirinha	5.200m²
Terreno - Rua Antônio Frederico Ozama, 3.325 - Centro	10.800m²
Terreno - Rua Antônio Frederico Ozama, 3.500 - Centro	21.900m²

LOJAS

Rua Mostardeiro, 322 - loja 08	107,69m²
Av. Osvaldo Aranha, 794	120m²
Av. Osvaldo Aranha, 794	120m²
Rua Doutor Guimarães Rosa, 45 - eq. Av. Pêlo S. Milano	130m²
Av. Carlos Gomes, 1.906 - 0700	140m²
Rua Dom Pedro II, 800 - Jardim Mal	150m²
Rua Prof. Dr. Freitas de Castro, 325 - próx. Av. Assunção	200m²
Rua José do Patrocinio, 889	210m²
Ed. Treda - Av. Nilo Pecanha 1.201	260 a 2.150m²
Av. Pernambuco, 1.483	572m²
Av. Ceará, 255	600m²
Av. Acadêmicos, 2.061 - eq. Rua Urubé	814 a 1780m²



ED. FK OFCRES
Frente ao Shopping Iguateemi
39, 78, 88, 128 a 414 m²



SEDE COMERCIAL ED. BARICA
Av. Nilo Pecanha, 1851
1078m²



LOJA MOINHOS
Rua Olavo Baretto Maia, 69
280 a 876m²



DEPÓSITO
Av. Brasil, 351
390m²

www.DLegend.com.br (51) 3073.6666
AS MELHORES EMPRESAS. OS MELHORES IMÓVEIS.

Reportagem Especial

OAB busca apoio em Brasília para quebrar sigilo

Lamachia pedirá ao procurador-geral da República que reforce pedido de acesso à ação



O presidente da seccional gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cláudio Lamachia, se reunirá hoje em Brasília com o procurador-geral, Roberto Gurgel, a fim de pedir que a Procuradoria-Geral da República se some aos pedidos de quebra de sigilo da ação civil pública contra a governadora Yeda Crusius e oito aliados.

Na manhã de sábado, a OAB liberou 40 páginas das 1.238 da petição inicial da ação. Em reunião do conselho estadual da OAB que se iniciou no final da tarde de sábado, a entidade decidiu não divulgar, pelo menos até hoje, novas informações sobre a ação do MPF contra o governo do Estado.

A entidade também divulgou uma nota oficial solicitando que os nove réus na ação do MPF peçam a quebra do sigilo das informações.



Lamachia obteve da Juíza Simone Fortes cópia do teor da ação

A nota da entidade

A OAB lançou texto no sábado, após divulgar páginas da ação:

1. Atendendo solicitação da OAB/RS, a Excelentíssima Sra. Juíza Federal da Terceira Vara de Santa Maria, liberou cópia integral da petição inicial da ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal contra JOSE OTÁVIO GERMANO, YEDA RORATO CRUSIUS, JOÃO LUIZ DOS SANTOS VARGAS, LUIZ FERNANDO SALVADORIA ZACHIA, FREDERICO CANTORI ANTUNES, DELSON LUIZ MARTINI, WALNA VILARINS MENEZES, RUBENS SALVADOR BORDINI E CARLOS AUGUSTO CRUSIUS (...).

2. Ordenou a Magistrada, contudo, fosse observado o sigilo sobre informações, dados ou documentos mencionados no feito objeto de proteção legal ou constitucional, como, exemplificativamente, dados bancários, fiscais e interceptações telefônicas, permitindo, no entanto, a divulgação de tais dados pelas pessoas a que digam respeito.

3. Há inevitável clamor público, no sentido de que a íntegra da referida ação seja levada ao conhecimento da sociedade, até mesmo diante da incerteza e insegurança que se instalou no Estado.

4. Em sucessivas manifestações públicas, os demandados alegam o prejuízo que lhes causou a notícia do

ajuizamento da ação, veiculada pelo MPF em entrevista coletiva à imprensa, sem que lhes fosse permitido o esclarecimento público dos fatos nos quais se baseiam as imputações.

5. Havendo consenso no sentido de que a divulgação integral do conteúdo do processo servirá para bem esclarecer a sociedade riograndense, no interesse de todos, inclusive dos próprios demandados, a OAB/RS conclama os integrantes da referida ação para que, de imediato, autorizem a quebra do sigilo das provas que lhes dizem respeito, na sua totalidade, especialmente as gravações de conversas telefônicas.

6. A OAB/RS, legitimada por suas funções legais, estatutárias e institucionais, manifesta-se neste caso para, mais uma vez, defender o princípio constitucional da publicidade de todos os atos processuais. Reafirma, ao mesmo tempo, seu compromisso com o direito à intimidade dos cidadãos e à ampla defesa, mas entende que o sigilo deve ser afastado quando estiver em jogo o interesse público e a necessidade de esclarecimento da sociedade, nos exatos termos do disposto no inciso IX do art. 93 da Constituição Federal.*

Oportunidade única nos altos da Bela Vista. Pronto para morar.

- 367m² privativos no apto
- Área social com 139m²
- 4 Suítes
- Suíte master com 60m²

Ville de Grasse

Descubra como a automação e a integração de detalhes podem trazer muito mais conforto para o seu dia-a-dia.

- Última unidade em venda - 13º andar
- 5 vagas na garagem
- Sistema de segurança diferenciado
- Vista perene para o Guaíba

Comercialização



51 3062.3222

51 8511.1177

Consultor

D&M
engenharia

www.villedegrasse.com.br



www.zerohora.com

ZERO HORA



FAMÍLIAS DE CINEMA EM GRAMADO
PÁGINAS 32 E 33

O QUE FAZER NO EXTRAVIO DA MALA
Viagem

EXPEDIÇÃO DE ARTISTAS AO INTERIOR
Segundo Caderno
Riozinho



PORTO ALEGRE, TERÇA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 2009 - ANO 46 - Nº 16.050

S/PR - R\$ 2,50/ DEMAIS REGIÕES - R\$ 3,50/ URUGUAI - \$ 48 R\$ 2,00

Juíza nega pedido para afastar Yeda

Simone Fortes entende que a ação dos procuradores contra o governo Yeda é "complexa" demais e não considera razoável adotar medida tão drástica

FIM DO SEGREDO

Divulgada íntegra da ação dos procuradores



MPF detalha enredo de desvios no Detran

Por que a governadora foi incluída

A reação do governo sobre as acusações

Páginas 4, 5, 6, 8, 10 e 12

Sem cansaço
Inter mostra recuperação e volta ao G-4



Giuliano, da nova formação colorada, abriu o placar do 3 a 0 sobre o Sport.

Reforço do Grêmio vem da Arábia

O meia Renato Cajá estava no Al-Ittihad, depois de passar pelo Ju. **Esportes**

Gaúcho morto
O fim trágico de um sonho na Europa



Vilmar Horn saiu das Missões para ter oportunidade na Suíça. **Pág. 26**



Tema para debate

Cresce polêmica em torno da gripe A

Instigados por artigo de médico, leitores, secretário da Saúde e autoridade do ministério avaliam o modo como epidemia está sendo atacada. **Páginas 16 e 17**



Reportagem Especial

O QUE ESCREVEU O MPF

Mais de 80% da ação é de escutas telefônicas



Da tarde de ontem até o início da noite, a governadora Yeda Crusius se reuniu com partidos da base de apoio na Assembleia



A Juíza Simone Barbisan Fortes

Juíza nega afastamento de governadora

Com a recusa da juíza Simone Barbisan Fortes ao pedido de afastamento do cargo da governadora Yeda Crusius de forma liminar – antes de examinar o mérito da ação do Ministério Público Federal –, deve ganhar relevância a discussão política do caso.

Eram 19h55min de ontem quando a titular da 3ª Vara da Justiça Federal de Santa Maria negou o afastamento e autorizou o fim parcial do sigilo da ação. Fábio Medina Osório, advogado da governadora, protocolou pedido para evitar decisão liminar. Em três páginas, a juíza considera “deveras complexa” a ação dos procuradores para que seja tomada uma decisão rápida. Como se anteviesse a decisão, a governadora começou reuniões com os partidos da base de apoio por volta das 15h30min e só terminou no início da noite, mas decisão chegou após o término dos encontros.

– A verdade aos poucos vai se restabelecendo – reagiu o chefe da Casa Civil, José Alberto Wenzel.

Líder da bancada do PMDB, Gilberto Caponi comentou:

– Não havia como a juíza afastar a governadora com base nos elementos do processo.

Para os líderes da oposição, a decisão dará maior relevância à CPI.

– O processo apenas começou. A decisão reforça a atenção à CPI. Há dois pedidos de impeachment, e outros podem surgir – advertiu o líder da bancada do PT, Elvino Bohn Gass.

Líder da bancada do PDT, Adroaldo Loureiro lembrou que hoje a Assembleia começa a analisar o processo:

– Vamos ver se realmente não havia elementos para embasar o afastamento.

Nas páginas da ação por improbidade administrativa que o MPF move contra a governadora Yeda Crusius, a participação dela e dos outros oito réus é descrita com base em testemunhos, diálogos gravados com autorização judicial e depoimentos por escrito

Das 1.238 páginas da ação civil pública do Ministério Público Federal (MPF), 1.046 – mais de 80% do conteúdo total – são de transcrições de conversas gravadas. A partir delas, os procuradores sustentam a tese de que nove réus, incluindo a governadora Yeda Crusius, participaram ativamente do desvio de R\$ 44 milhões do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), revelado pela Operação Rodin, em novembro de 2007.

Intercaptações telefônicas, algumas inéditas, entre envolvidos na fraude que são réus no processo criminal da Operação Rodin e conversas gravadas entre o consultor Lair Ferst e o ex-representante do Estado em Brasília Marcelo Cavalcante, que morreu em fevereiro, estão entre os principais elementos de prova apresentados.

A íntegra da ação foi divulgada às 14h3min de ontem no blog do jornalista Polblio Braga, que tratou de desmascarar o conteúdo, em sintonia com as manifestações de advogados como Fábio Medina, que defende a governadora, e Norberto Flach, que representa o ex-secretário-geral de Governo Delson Martini e a assessora de Yeda Walna Meneses.

“A montanha pariu um rato”, escreveu Polblio, repetindo uma frase usada desde sábado por Flach.

Na ação, consta que o deputado federal José Otávio Germano (PP) é um dos principais mentores e beneficiários do “megaesquema”. Conforme os procuradores da República, o valor de propina era fixado em R\$ 450 mil mensais. Parte se destinava ao pagamento do chamado “jurídico”, sendo que R\$ 70 mil ficavam com José Otávio. Pelo menos

R\$ 30 mil eram recebidos pelo presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), João Luiz Vargas. O restante – R\$ 350 mil – eram divididos em duas parcelas de cerca de R\$ 175 mil destinadas ao que se chamou de “governo” e de “partidos”.

Chama atenção o destaque dado ao suposto “conhecimento” e “participação” de Yeda como beneficiária direta no desvio de dinheiro do Detran (leia reportagem na página 5). Segundo o MPF,

o depoimento prestado pelo então presidente do Detran, Sérgio Buchmann, em 17 de julho, foi de “extrema relevância” para mostrar a concordância e benefício direto dela na fraude. Em conversas telefônicas, o ex-diretor-presidente do Detran Flavio Vaz Netto ameaçava retornar à CPI do Detran para repassar informações sobre pressões de Delson para poder “resgatar o seu Lair” e pagar as contas da governadora.

A participação de cada réu é descrita em itens específicos com o cruzamento de ligações que sustentariam o envolvimento dos suspeitos. O MPF dedicou o maior número de páginas a José Otávio, Yeda e Vargas. Delson, Walna, Rubens Bordini (ex-tesoureiro da campanha de Yeda) e Carlos Crusius

(ex-marido) tiveram participação acessória no caso, conforme a ação. Entretanto, o envolvimento teria sido fundamental para Yeda. A partir da página 1.210, o MPF se dedica a apontar as condutas ilícitas de forma genérica, com base especialmente em conversas telefônicas e depoimentos. O texto tenta demonstrar que os citados feriram princípios da administração pública e, por essa razão, se enquadrariam na Lei da Improbidade Administrativa.

ZERO.HORA.COM

Confira a íntegra da ação do MPF contra a governadora Yeda Crusius e outros oito políticos gaúchos em especial. Acesse www.zerohora.com



Carlos Crusius

• **Na ação** do MPF, diz-se que o ex-marido da governadora "atuava como beneficiário direto e no recebimento de propinas". A ação cita depoimento de Sérgio Buchmann, então presidente do Detran, segundo o qual Carlos Crusius teria estabelecido a nova porcentagem de propina repartida entre o casal e o consultor de empresas Lair Ferst, que sairia perdendo com a nova divisão. O ex-marido de Yeda Crusius evita se manifestar sobre o caso.



Delson Martini

• **O ex-presidente** da CEEE, segundo a ação, seria o responsável por receber a propina destinada a Yeda. O dinheiro seria repassado a ele por Antônio Dorneu Maciel em seu gabinete. Delson repassaria os recursos para Walna Vilarins Meneses, assessora da governadora. Confirme gravação entre Lair Ferst e Marcelo Cavalcante, ele teria feito oferta em dinheiro ao primeiro para comprar seu silêncio. O advogado Norberto Flach diz que o único apoio das acusações são as gravações entre o Lair e Cavalcante. O MPF, diz ele, admite não haver evidência de ele ter recebido valores.



Frederico Antunes

• **A ação** diz que foi possível chegar ao nome do deputado estadual do PP a partir de outras investigações, como a Operação Solidária. O MPF diz que o parlamentar recebia propina do Detran da parcela denominada "partidos". Um dos argumentos contra Antunes é a ameaça feita por Flavio Vaz Netto. O ex-presidente do Detran o pressionou para que defendesse a procuradora do Estado Andrea Flores Vieira, sua amiga, na CPI. Além disso, diz a ação, Antunes teria trabalhado para obstruir a comissão. O advogado Ricardo Giuliani diz estar analisando o conteúdo da ação.



O que a ação aponta sobre a governadora

A parte dedicada à governadora Yeda Crusius na ação do Ministério Público Federal ocupa 207 páginas. Nelas, o MPF afirma que Yeda, como os outros oito réus, participou da fraude no Detran, recebeu propina e ajudou na manutenção do esquema. A acusação mais dura está na conclusão do trecho:

"De todo o exposto, resta patente a participação da ré Yeda Roratto Crusius, agindo para que o esquema fraudulento identificado no curso na denominada Operação Rodin se mantivesse em seu mandato como governadora, sendo ela própria beneficiária do esquema, razões pelas quais também deve ser responsabilizada nesta demanda cível, porquanto sua conduta caracteriza-se como ato de improbidade administrativa", dizem os procuradores na página 787.

O trecho em que a governadora é citada começa com a transcrição da conversa gravada pelo vice-governador Paulo Afonso Feijó entre ele e o então chefe da Casa Civil, César Busatir, em maio de 2008. Em seguida, os procuradores afirmam que o consultor de empresas Lair Ferst, integrante da coordenação da campanha tucana em 2006, procurou o MPF no início deste ano para prestar depoimento e apontou o envolvimento dos nove demandados na fraude. Pela ação, Lair entregou gravações suas com o ex-assessor de Yeda Marcelo Cavalcante, morto em fevereiro. Os procuradores destacam o áudio em que de afirma ter repassado à governadora uma carta escrita por Lair. No texto, o consultor relata detalhes do esquema no Detran.

Em 28 páginas, são reproduzidas conversas entre Lair e Cavalcante. Em seguida, o MPF afirma que o ex-presidente da CEEE e ex-secretário-geral de Governo Delson Martini era o representante de Yeda para "negociatas espúrias" e para recebimento de propina. Para provar a tese, usa escuta entre Delson e o ex-diretor da CEEE Antônio Dorneu Maciel (PP). Maciel afirma que deseja mandar um recado para a governadora e pede mais "carinho".

Com base numa das gravações feitas por Lair com Cavalcante, o MPF ressalta que Flavio Vaz Netto, ex-presidente do Detran, teria dito a Lair que houve um "acordão" para a governadora receber R\$ 170 mil do esquema por mês. O primeiro pagamento teria sido recebido por Rubens Bordini, vice-presidente do Banrisul e ex-tesoureiro da campanha tucana, no gabinete do presidente do Tribunal de Contas do Estado, João Luiz Vargas. A partir do segundo mês, Delson seria o intermediário. Ele receberia a propina das mãos de Maciel e repassaria o dinheiro a Walna Vilarins Meneses, assessora da governadora.

Para demonstrar a proximidade entre Yeda e Lair, a ação descreve escuta de Maciel e do secretário de Relações Institucionais, Celso Bernardi. O secretário conta ter dito a Yeda que, ao se falar o nome "Lair Ferst", estaria se falando na própria Yeda. Outra gravação de Maciel e Vaz Netto, mostra que Vaz Netto afirma que a CPI estava "chegando nos caras que aí que mexeram com o dinheiro da campanha dela", referindo-se a Bordini e Lair.

Walna Vilarins Meneses

• **Fazia contatos** com Chico Fraga, então secretário de Canos, e Antônio Dorneu Maciel. Em escuta entre Fraga e Neide Bernardes, da Magna Engenharia, falam de um comitê de Lair Ferst de que Walna tinha padrão de vida superior aos ganhos. Pela ação, Walna "exercia uma função auxiliar da ré Yeda Crusius, operando o esquema de propinas, recebendo e efetivando repasses de valores". O advogado Norberto Flach afirma não haver provas consistentes contra ela. Para ele, é imprudente a citação dela.



Rubens Bordini

• **Ex-abaixo de Yeda**, o economista sempre atuou como tesoureiro das campanhas da governadora. Para o MPF, ele participou do esquema na "bondiação de recebedor de valores indevidos destinados à ré Yeda Crusius". O envolvimento teria se iniciado na campanha de 2006. A ação diz que ele teria atuado diretamente na fraude do Detran ao menos uma vez, quando recebeu propina, conforme diálogos entre Lair Ferst e Marcelo Cavalcante, ex-assessor morto em fevereiro. Desde as denúncias do PSOL em fevereiro, rejeitado suspeitas de caixa 2 na campanha de Yeda.



João Luiz Vargas

• **Para o MPF**, o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), ao lado da Pensant Consultores, tinha o controle do esquema. O ex-deputado do PDT teria participado da gestão da fraude à parreira dos recursos desviados. Há transcrição de escuta em que Vargas fala com Ferdinando Fernandes sobre "bolas para jogar futebol". Para o MPF, estão tratando de propina. O advogado Andre Cesar diz que o documento não relata uma conduta individual do réu a ponto de se poder fazer alguma referência mais específica sobre a citação. Ele afirma que não há envolvimento de Vargas.



José Otávio Germano

• **Segundo o MPF**, o parlamentar "atuiu diretamente como um dos principais mentores e beneficiários do mega-esquema fraudulento encaixado em detrimen- to do Detran gaúcho". As acusações contra o deputado federal do PP estão reunidas em 307 páginas. A ação diz que o irmão dele, Luiz Paulo Rosek Germano, recebia a propina destinada ao parlamentar. Num segundo momento, o dinheiro era entregue por Antônio Dorneu Maciel, então diretor da CEEE. Em nota, o deputado disse não ter conhecimento de que a investigação tenha sido precedida de autorização do STF, como exige a Constituição. Ele destaca não ter sido chamado para prestar esclarecimentos.



Luiz Fernando Záchia

• **Para o MPF**, o deputado do PMDS teria usado da posição para cobrar propina. Depoimentos à PF indicariam que os valores repassados a Záchia fariam parte da parcela destinada aos partidos. Em escuta, Flavio Vaz Netto e Antônio Dorneu Maciel comentam necessidade de comunicar o então chefe da Casa Civil sobre atraso na propina. Záchia diz estar tranquilo porque todos os diálogos seriam conversas políticas inerentes à chefia da Casa Civil.



SEGUIE >

Climatização é na Frigelar.

Conforto e segurança para você.





FRIGELAR
junto a você






Desenvolvimentos facilitados de campo. Instalação segura e o melhor suporte pós-venda. Conte com o crediário Frigelar - desde 1966, junto a você.

(51) 3314.8977

Av. Paranaense, 2285. www.frigelar.com.br

Não no conforto!

Reportagem Especial

ÍNTegra REVELADA

Cautela na Assembleia

Autoridades e políticos gaúchos adotaram tom precavido ao comentar ontem o teor da ação civil pública do MPF

No dia em que a íntegra da ação civil pública do Ministério Público Federal (MPF) se tornou conhecida, a maioria dos políticos e autoridades do Estado optou pela cautela ao comentar a divulgação.

Ainda sem decisão da juíza Simone Barbian Fortes acerca da quebra de sigilo pedida pelos procuradores, as 1.238 páginas movimentaram a Internet ontem a partir da divulgação da totalidade do documento na rede.



Até na Assembleia Legislativa, onde os detalhes da ação contidos em centenas de páginas com reproduções de escutas telefônicas renderiam maior ressonância, a postura dominante foi de cautela.

O presidente da casa, Ivar Pavan (PT), disse preferir se concentrar na cópia que foi recebida em Santa Maria por seus enviados, o procurador-geral, Fernando Ferreira, e o superintendente-geral, João Motta. O material deve ser examinado hoje pela manhã na reunião da mesa.

— Não vou duvidar do que está nos blogs, mas vou me referir aos documentos que vou receber da juíza. Não vi o conteúdo do que estão divulgando. Amanhã (hoje), vamos decidir com a mesa como proceder — afirmou Pavan.

Nem a presidente da futura CPI da Corrupção, Stella Farias (PT), disse ter conseguido examinar o conteúdo pessoalmente, mas afirmou que deixou sua assessoria encarregada de pinçar os trechos mais relevantes da ação.

Antônio Dorneu Maciel x José Otávio Germano



Antônio Dorneu Maciel, ex-diretor da CEEE X José Otávio Germano, deputado federal (PP)

Antônio Dorneu Maciel — Oi, José Otávio Germano — E aí?
Maciel — Tudo bem. Vamos começar o dia pra ver, né?

José Otávio — Como é que ficou?
Maciel — Eu vou às onze e meia lá no chefe do PTB, tá?
José Otávio — Hmm-hmm.

— Somente pelo que os procuradores já haviam dito na quarta-feira passada (dia do anúncio da ação), percebemos que essa ação civil pública pode ajudar a CPI a buscar respostas para ao menos três dos cinco itens que queremos investigar: a relação entre as operações Rodin e Solidária, a gestão do Detran e a conexão entre a fraude no Detran e a compra da casa da governadora — adiantou a deputada.

Quem destoou do tom precavido foi o líder da bancada do PT na Assembleia, Elvino Bohn Gass:

— É estarrecedor e comprova tudo o que havia sido dito.

Defensor de transparência, o presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Claudio Lamachia, adiantou que já indicou dois conselheiros para preparar um projeto de lei que elimine sigilo ou segredo de justiça em todos os casos que envolverem administração ou recursos públicos.

— Não estou defendendo o vazamento porque não se deu de forma legal. Agora, não posso desconhecer o direito à informação — ponderou.

Na avaliação de Lamachia, mais importante do que conhecer detalhes da ação civil pública que tramita na 3ª Vara Federal de Santa Maria é o levantamento do segredo de justiça junto à Procuradoria Geral da República.

— Lá, pode haver provas que não estão aqui — afirmou.

Zero Hora tentou contato com o líder do governo na Assembleia, Pedro Westphalen (PP), com a ex-líder Zilá Breitenbach (PSDB) e com o chefe da Casa Civil, José Alberto Wenzel, mas não obteve retorno até as 21h.

Maciel — E vou... vou dar uma ligadinha pro João (Luiz Vargas) pra ver o que ele pode... até onde é que ele pode entrar...

José Otávio — O João é que tem que entrar lá no lado dele, né?

Maciel — Sim, sim, sim. Eu vou... tô só esperando ele se acordar... Porque isso não é hora pra... pra gente... e vou ligar pra ele...

José Otávio — Pro João.

Maciel — É... é o que eu tenho que fazer. É minha parte. É esse o (incompreensível).

José Otávio — O Marquinho (Marco Peixoto) saiu... saiu... consciente do que tem que fazer?

Maciel — Tranquilo. Muito bem. Vai pegar o (Paulo) Odone agora de manhã. Vai conversar com o Odone. Não, mas saiu tranquilo. Saiu bem. E disposto a enfrentar tudo. Acho que o Frederico (Antunes) saiu também, né?

José Otávio — Eu acho.
Maciel — (...)



Pavan (à mesa) disse que vai analisar o material enviado pela juíza Simone Fortes

Flavio Vaz Netto x Antônio Dorneu Maciel



28/8/2007 - 15h42min às 15h45min

Antônio Dorneu Maciel — Estive com o João Luiz (Vargas), tá? Disse para ele que era tudo lá que não tem mais nada (inaudível).

Flavio Vaz Netto — E aí?
Maciel — Não... Tá bem, tá bem, tá tudo bem então... Tá tão confuso aquele negócio

que é bom a gente nem querer se meter, sabe como é.

Vaz Netto — Hein?

Maciel — Aquela relação é tão confusa que é bom a gente nem querer saber como ela é.

Vaz Netto — O que é?

Maciel — A relação deles, o João com eles lá.

Vaz Netto — É.

Maciel — Foi no (Luiz Fernando) Záchia e cumpri, viu?

Vaz Netto — É? Tá.

Maciel — Aí fui lá na sala dele, deixei o que tinha que deixar e me encontrei (inaudível) Castelo Branco, ele veio, me abraçou (...)

Antônio Dorneu Maciel x Walna Meneses



16/05/2008

Antônio Dorneu Maciel, ex-diretor da CEEE X Walna Meneses, assessora da governadora Yeda Crusius

Maciel pede para Walna não cortar o canal entre ele e o governo. Ambos citam Delson Martini, ex-secretário-geral de Governo. Maciel diz que não quer criar constrangimentos.

Walna Meneses — Alô!

Antônio Dorneu Maciel — Sim!

Walna — Oi!

Maciel — Walna!

Walna — Tudo bom?

Maciel — Tudo bom, boa tarde! Deixa eu te pedir uma gentileza muito grande: não corta esse nosso canal, porque senão eu fico me, me preocupa, daí eu fico sem dialogar, sem ninguém do governo, tu entende? (...) Eu não quero criar constrangimento para as pessoas, não quero fazer as pessoas... O Delson pode falar contigo... Não quero. Eu e tu fazemos muito melhor. Entende. Mas tu não cortas comigo. Eu nunca vou ter problema e nunca vou te criar problema.

Walna — Eu só estranhei a última ligação

porque o senhor não precisava de mim para fazer aquele contato, então não entendi.

Maciel — Tu diz do nosso amigo?

Walna — Sim, eu não entendi se o senhor tem linha direta com ele.

Maciel — Eu não estou em linha direta com ele, não, não é verdade, querida...

Walna — Digo que o senhor tem linha direta com ele. Aí eu não entendi.

Maciel — Eu combinei com ele de não conversarmos diretamente. Nós combinamos, entendeu. Aí, ele sabe que eu vou mandar um recado é porque... para nos encontrarmos em um local que nós sabemos. Isso, até porque estava naquele ele vai não vai, ele vai não vai. Até pra resguardar, não tem outra razão. Nada. Não, não, não... meu amigo, gosto, adoro ele. Querida, faz sair a nomeação do Chetenne. (...)

Maciel — Olha aqui, eu prometo que eu não te incomodo, eu não incomodo ninguém, não estranha porque tu não entendeu aquele telefonema, foi simplesmente por isso. Tá naqueles dias dele, entendeu? Então nós combinamos pra dar uma desafogada, exatamente assim. Não tem o menor problema, pelo contrário, adoro ele.

Walna — Tá bom, tá jóia. Eu pedi pro rapaz que olha aqui no sistema para mim, ontem eu pedi, mas eu nem tive de volta e hoje eu fiquei no Palácio até ainda há pouco, cheguei aqui (incompreensível).

LEIA MAIS NA PÁGINA 8 >

